

# Fernando Capez

Procurador de Justiça licenciado e Deputado Estadual. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (2007-2010). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017). Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas.

## CURSO DE DIREITO PENAL

**PARTE GERAL**

**Arts. 1º a 120**



23ª edição

2019

**saraiva** *jur*

ISBN 978-85-53607-68-6 obra completa  
ISBN 978-85-53602-63-6 volume 1

DAOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Capez, Fernando

Curso de direito penal, volume 1, parte geral : arts. 1º a 120 / Fernando Capez. – 23. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito penal I. Título.

**SOMOS** | **saraiva**  
EDUCAÇÃO

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

**SAC** | 0800-0117876  
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro

**Consultoria acadêmica** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Aline Darcy Flôr de Souza

**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)  
Carolina Mihoko Massanhi  
Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Fernanda Matajs  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa  
Verônica Pivisan Reis

**Planejamento e processos** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Juliana Bojczuk Fermino  
Kelli Priscila Pinto  
Marília Cordeiro  
Fernando Penteado  
Mônica Gonçalves Dias  
Tatiana dos Santos Romão

**Novos projetos** Fernando Alves

**Diagramação** Fabricando Ideias Design Editorial  
**Revisão** Lígia Alves

**Capa** Aero Comunicação  
**Produção gráfica** Marti Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Edições Loyola

18-1063

CDU 343.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343.1

**Data de fechamento da edição: 29-10-2018**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605142 CAE 630550

# ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i> .....	7
1. Introdução .....	47
1.1. Da concepção do Direito Penal .....	47
1.2. Da função ético-social do Direito Penal .....	47
1.3. Objeto do Direito Penal.....	50
1.4. O Direito Penal no Estado Democrático de Direito .....	51
1.4.1. O perfil democrático do Estado brasileiro. Distinção entre Estado de Direito e Estado Democrático de Direito	51
1.4.2. O Estado Democrático de Direito e o princípio da digni- dade humana como orientador do Direito Penal .....	53
1.4.3. Princípios penais limitadores decorrentes da dignidade humana .....	56
1.4.3.1. Princípio da insignificância ou bagatela.....	57
1.4.3.2. Princípio da alteridade ou transcendentalidade	60
1.4.3.3. Princípio da confiança .....	62
1.4.3.4. Princípio da adequação social.....	63
1.4.3.5. Princípio da intervenção mínima.....	64
1.4.3.6. Princípio da proporcionalidade.....	67
1.4.3.7. Princípio da humanidade .....	68
1.4.3.8. Princípio da necessidade e idoneidade.....	69
1.4.3.9. Princípio da ofensividade, princípio do fato e da exclusiva proteção do bem jurídico .....	70
1.4.3.10. Princípio da autorresponsabilidade .....	72
1.4.3.11. Princípio da responsabilidade pelo fato .....	72
1.4.3.12. Princípio da imputação pessoal.....	73
1.4.3.13. Princípio da personalidade.....	73
1.4.3.14. Princípio da responsabilidade subjetiva .....	73
1.4.3.15. Princípio da coculpabilidade ou correspon- sabilidade .....	73

1.5. Os limites do controle material do tipo incriminador .....	73
1.6. Da parte geral do Código Penal: finalidade .....	75
2. Fontes do Direito Penal .....	75
2.1. Conceito.....	75
2.2. Espécies.....	76
2.2.1. De produção, material ou substancial .....	76
2.2.2. Formal, de cognição ou de conhecimento .....	76
2.2.2.1. Espécies de fonte formal.....	76
2.3. Diferença entre norma e lei.....	77
2.4. Da fonte formal imediata .....	77
2.4.1. Partes .....	78
2.4.2. Característica.....	78
2.4.3. Classificação .....	78
2.4.3.1. Leis incriminadoras.....	78
2.4.3.2. Leis não incriminadoras.....	78
2.4.3.3. Leis não incriminadoras permissivas.....	78
2.4.3.4. Leis não incriminadoras finais, complementares ou explicativas .....	78
2.5. Características das normas penais.....	78
2.5.1. Exclusividade.....	78
2.5.2. Anterioridade.....	79
2.5.3. Imperatividade.....	79
2.5.4. Generalidade .....	79
2.5.5. Impessoalidade .....	79
2.6. Normas penais em branco (cegas ou abertas).....	79
2.6.1. Conceito.....	79
2.6.2. Classificação .....	79
2.6.2.1. Normas penais em branco em sentido lato ou homogêneas .....	79
2.6.2.2. Normas penais em branco em sentido estrito ou heterogêneas.....	79
2.6.2.3. Normas penais em branco ao avesso .....	80
2.7. Das fontes formais mediatas .....	80
2.7.1. Costume.....	80
2.7.1.1. Elementos do costume .....	80
2.7.1.2. Espécies de costume .....	80
2.7.2. Princípios gerais do direito.....	82

2.8. Formas de procedimento interpretativo .....	82
2.8.1. Equidade .....	82
2.8.2. Doutrina.....	82
2.8.3. Jurisprudência.....	82
3. Interpretação da Lei Penal .....	82
3.1. Conceito.....	82
3.2. Natureza .....	83
3.3. Espécies.....	83
3.3.1. Quanto ao sujeito que a elabora.....	83
3.3.1.1. Autêntica ou legislativa .....	83
3.3.1.2. Doutrinária ou científica.....	83
3.3.1.3. Judicial.....	83
3.3.2. Quanto aos meios empregados.....	83
3.3.2.1. Gramatical, literal ou sintática .....	83
3.3.2.2. Lógica ou teleológica .....	83
3.3.3. Quanto ao resultado .....	83
3.3.3.1. Declarativa.....	83
3.3.3.2. Restritiva .....	84
3.3.3.3. Extensiva .....	84
3.4. O princípio <i>in dubio pro reo</i> .....	84
3.5. Interpretação progressiva, adaptativa ou evolutiva .....	84
4. Analogia .....	84
4.1. Conceito.....	84
4.2. Fundamento .....	85
4.3. Natureza jurídica.....	85
4.4. Distinção entre analogia, interpretação extensiva e interpretação analógica.....	85
4.4.1. Analogia .....	85
4.4.2. Interpretação extensiva.....	86
4.4.3. Interpretação analógica .....	86
4.5. Espécies.....	86
4.5.1. Legal ou <i>legis</i> .....	86
4.5.2. Jurídica ou <i>juris</i> .....	86
4.5.3. <i>In bonam partem</i> .....	86
4.5.4. <i>In malam partem</i> .....	87
4.6. Analogia em norma penal incriminadora .....	87
5. Princípio da legalidade.....	87

5.1. Considerações preliminares.....	87
5.2. Aspectos do princípio da legalidade .....	88
5.2.1. Aspecto político .....	88
5.2.2. Aspecto histórico .....	89
5.2.3. Aspecto jurídico .....	90
5.3. Princípios inerentes ao princípio da legalidade.....	91
5.3.1. Princípio da reserva legal .....	91
5.3.1.1. Reserva absoluta de lei .....	91
5.3.1.2. Reserva absoluta de lei e medida provisória ..	92
5.3.1.3. Taxatividade e vedação ao emprego da analogia	94
5.3.1.4. Taxatividade e descrição genérica .....	94
5.3.1.5. Conteúdo material do princípio da reserva legal	96
5.3.2. Princípio da anterioridade da lei penal .....	97
6. Irretroatividade da lei penal.....	99
6.1. Considerações preliminares .....	99
6.2. Aplicação .....	100
6.3. Lei processual .....	100
6.3.1. Lei processual híbrida.....	102
6.4. Normas que tratam de execução da pena e o regime disciplinar diferenciado .....	103
6.5. Vigência da lei.....	105
6.6. Hipóteses de lei posterior.....	106
6.6.1. <i>Abolitio criminis</i> .....	106
6.6.1.1. A polêmica acerca do art. 28 da Lei n. 11.343/2006: <i>abolitio criminis</i> ? .....	107
6.6.1.2. <i>Abolitio criminis</i> temporária e Lei n. 10.826/2003	109
6.6.2. <i>Novatio legis in mellius</i> .....	111
6.6.2.1. Competência para aplicação da <i>novatio legis in mellius</i> .....	111
6.6.3. <i>Novatio legis in pejus</i> .....	113
6.6.4. <i>Novatio legis</i> incriminadora .....	113
6.6.5. Dúvida quanto à lei mais benéfica .....	113
6.7. Combinação de leis .....	114
6.8. <i>Lex mitior</i> e o período da <i>vacatio legis</i> .....	116
6.9. Lei interpretativa – possibilidade de retroação .....	116
6.10. Tempo do crime para a fixação da lei aplicável.....	117
6.10.1. Crimes permanentes e crimes continuados .....	117

7. Leis de vigência temporária.....	118
7.1. Considerações preliminares .....	118
7.2. Características .....	119
7.2.1. Autorrevogabilidade .....	119
7.2.2. Ultratividade .....	119
7.3. Hipótese de retroatividade da lei posterior .....	120
7.4. Alteração do complemento da norma penal em branco .....	120
8. Tempo do crime e conflito aparente de normas .....	123
8.1. Teorias sobre o momento do crime .....	123
8.2. Conflito aparente de normas .....	124
8.2.1. Conceito.....	124
8.2.2. Elementos .....	124
8.2.3. Princípios que solucionam o conflito aparente de normas	125
8.2.3.1. Princípio da especialidade – <i>lex specialis derogat</i>	
<i>generali</i> .....	125
8.2.3.2. Princípio da subsidiariedade – <i>lex primaria</i>	
<i>derogat subsidiariae</i> .....	127
8.2.3.3. Princípio da consunção – <i>lex consumens derogat</i>	
<i>consumptae</i> .....	130
8.2.3.4. Princípio da alternatividade .....	135
9. Territorialidade da lei penal brasileira.....	137
9.1. Considerações preliminares.....	137
9.2. Território nacional .....	137
9.2.1. Componentes do território .....	138
9.2.2. Extensão do território nacional.....	139
9.2.3. Princípio do pavilhão ou da bandeira .....	139
9.2.4. Navios .....	140
9.2.5. Aeronaves .....	140
9.2.6. Princípio da passagem inocente .....	141
9.2.7. Asilo .....	141
9.3. Hipóteses de não incidência da lei a fatos cometidos no Brasil.	141
9.3.1. Imunidades diplomáticas.....	141
9.3.1.1. Entes abrangidos pela imunidade diplomática .	142
9.3.1.2. Imunidade diplomática e ofensa ao princípio	
da isonomia.....	142
9.3.2. Imunidades parlamentares .....	143
9.3.2.1. Imunidade material.....	143

9.3.2.2. Imunidade processual .....	144
9.3.2.3. Imunidade prisional.....	146
9.3.2.4. Do foro especial por prerrogativa de função...	147
9.3.3. Inviolabilidade do advogado.....	148
10. Extraterritorialidade da lei penal brasileira .....	150
10.1. Considerações preliminares .....	151
10.2. Formas de extraterritorialidade.....	151
10.2.1. Incondicionada .....	151
10.2.2. Condicionada .....	151
10.3. Princípios para aplicação da extraterritorialidade.....	151
10.3.1. Princípio da nacionalidade ou personalidade ativa...	151
10.3.2. Princípio da nacionalidade ou personalidade passiva	152
10.3.3. Princípio real, da defesa ou proteção.....	152
10.3.4. Princípio da justiça universal (CP, art. 7º, I, d, e II, a)	152
10.3.5. Princípio da representação .....	152
10.4. Classificação das hipóteses de acordo com os princípios e as formas de extraterritorialidade.....	153
10.5. Aplicação .....	154
10.6. Extradicação .....	155
10.6.1. Conceito .....	155
10.6.2. Princípios aplicáveis .....	155
10.6.2.1. Princípio da não extradicação de nacionais.....	155
10.6.2.2. Princípio da exclusão de crimes não comuns	155
10.6.2.3. Princípio da prevalência dos tratados .....	155
10.6.2.4. Princípio da legalidade .....	156
10.6.2.5. Princípio da dupla tipicidade.....	156
10.6.2.6. Princípio da preferência da competência nacional.....	156
10.6.2.7. Princípio da limitação em razão da pena .....	156
10.6.2.8. Princípio da detração .....	156
10.7. Jurisdição principal e subsidiária .....	156
10.8. Tribunal Penal Internacional .....	157
10.8.1. Genocídio, princípio da justiça universal e Tribunal Penal Internacional .....	160
11. Eficácia de sentença estrangeira .....	161
11.1. Da homologação de sentença estrangeira .....	161
11.1.1. Fundamento .....	161



11.1.2. Competência .....	162
11.1.3. Conteúdo da homologação .....	162
11.1.4. Natureza jurídica .....	162
11.1.5. Homologação e deliberação obrigatória .....	162
11.1.6. Homologação e execução civil da sentença penal estrangeira .....	163
11.1.7. Homologação e medida de segurança .....	163
11.1.8. Procedimento .....	163
11.1.9. Desnecessidade da homologação .....	163
12. Do lugar do crime .....	164
12.1. Considerações preliminares.....	164
12.2. Teorias .....	164
12.2.1. Teoria da atividade .....	164
12.2.2. Teoria do resultado.....	164
12.2.3. Teoria da ubiquidade ou mista.....	164
12.3. Teoria adotada.....	165
12.3.1. Crimes a distância ou de espaço máximo .....	165
12.3.2. Delito plurilocal .....	166
12.3.3. Crimes de menor potencial ofensivo .....	167
12.4. Sobre a aplicação da teoria da ubiquidade nas várias hipóteses.....	167
12.4.1. Nos crimes conexos .....	167
12.4.2. No crime complexo.....	168
12.4.3. Na coautoria, participação ou ajuste .....	168
12.4.4. No delito permanente e no crime continuado.....	168
12.4.5. Nos delitos habituais.....	168
12.5. Regras especiais.....	168
13. Contagem do prazo.....	176
13.1. Considerações preliminares .....	176
13.2. Contagem de mês e ano.....	177
13.3. Prescrição e decadência .....	178
13.4. Características .....	178
13.5. Interrupção e suspensão.....	178
13.6. Contagem dos prazos processuais.....	178
13.7. Distinção entre prazo penal e prazo processual .....	178
14. Teoria do crime.....	179
14.1. Conceito de crime.....	179

14.1.1. Aspecto material .....	179
14.1.2. Aspecto formal .....	180
14.1.3. Aspecto analítico .....	180
14.2. Concepção bipartida e tripartida de crime .....	180
15. Fato típico .....	182
15.1. Conceito.....	182
15.2. Elementos.....	182
15.2.1. Conduta .....	183
15.2.1.1. Conceito .....	183
15.2.1.2. Distinção entre conduta e ato .....	185
15.2.1.3. Teorias da conduta .....	185
15.2.1.4. Elementos da conduta .....	209
15.2.1.5. Ausência de voluntariedade.....	209
15.2.1.6. Formas de conduta.....	210
15.2.1.7. Caso fortuito e força maior .....	215
15.2.1.8. Sujeitos da conduta típica .....	215
15.2.1.9. Objeto jurídico e objeto material.....	226
15.2.2. Resultado .....	227
15.2.2.1. Conceito .....	227
15.2.2.2. Distinção entre resultado e evento.....	227
15.2.2.3. Teorias .....	227
15.2.3. Nexo causal.....	228
15.2.3.1. Conceito .....	228
15.2.3.2. Natureza .....	228
15.2.3.3. Nexo normativo .....	228
15.2.3.4. Teorias para apontar o nexo causal.....	229
15.2.3.5. Nexo causal nos diversos crimes.....	245
15.2.3.6. Nexo causal nos crimes omissivos impróprios.	246
15.2.3.7. Superveniência causal.....	250
15.2.3.8. Caso fortuito e força maior.....	257
15.2.4. Tipicidade.....	260
15.2.4.1. Conceito de tipo.....	260
15.2.4.2. Espécies de tipo.....	261
15.2.4.3. Conceito de tipicidade.....	262
15.2.4.4. Distinção entre tipicidade e adequação típica.	262
15.2.4.5. Fases da tipicidade.....	263
15.2.4.6. Adequação típica .....	267

15.2.4.7. Elementos do tipo.....	269
15.2.4.8. Espécies de tipo quanto aos elementos .....	271
15.2.4.9. Tipo fundamental e tipos derivados .....	271
15.2.4.10. Tipicidade conglobante .....	272
16. O tipo penal nos crimes dolosos .....	275
16.1. Conceito de dolo.....	275
16.2. Elementos do dolo .....	275
16.3. Abrangência do dolo .....	276
16.4. Fases na conduta.....	276
16.4.1. Fase interna .....	276
16.4.2. Fase externa .....	276
16.5. Teorias .....	278
16.5.1. Teoria da vontade.....	278
16.5.2. Teoria da representação .....	278
16.5.3. Teoria do assentimento ou consentimento.....	278
16.5.4. Teorias adotadas pelo Código Penal .....	278
16.6. Espécies de dolo.....	278
16.6.1. Dolo natural .....	278
16.6.2. Dolo normativo .....	279
16.6.3. Dolo direto ou determinado.....	280
16.6.4. Dolo indireto ou indeterminado .....	280
16.6.5. Dolo de dano .....	281
16.6.6. Dolo de perigo .....	281
16.6.7. Dolo genérico .....	281
16.6.8. Dolo específico .....	282
16.6.9. Dolo geral, erro sucessivo ou <i>aberratio causae</i> .....	282
16.6.10. Dolo de primeiro grau e de segundo grau .....	283
16.7. Dolo e dosagem da pena .....	283
16.8. Dolo nos crimes comissivos por omissão .....	284
17. O tipo penal nos crimes culposos .....	284
17.1. Conceito de culpa .....	284
17.2. Tipo aberto.....	285
17.3. Crimes materiais.....	286
17.4. Elementos do fato típico culposo .....	286
17.5. Previsibilidade .....	286
17.5.1. Objetiva .....	286
17.5.2. Subjetiva .....	287

17.6. Princípio do risco tolerado .....	287
17.7. Princípio da confiança .....	287
17.8. Inobservância do dever objetivo de cuidado .....	288
17.8.1. Imprudência .....	288
17.8.2. Negligência .....	288
17.8.3. Imperícia .....	289
17.8.3.1. Diferença entre imperícia e erro médico .....	289
17.9. Espécies de culpa.....	290
17.9.1. Culpa inconsciente .....	290
17.9.2. Culpa consciente ou com previsão .....	290
17.9.3. Culpa imprópria .....	290
17.9.3.1. Responsabilização do agente na culpa imprópria .....	291
17.9.4. Culpa presumida .....	292
17.9.5. Culpa mediata ou indireta .....	293
17.10. Graus de culpa .....	294
17.11. Culpa nos delitos omissivos impróprios .....	294
17.12. Participação no crime culposo .....	294
17.13. Compensação de culpas .....	295
17.14. Concorrência de culpas .....	295
18. Crime preterdoloso .....	296
18.1. Conceito .....	296
18.2. Crime qualificado pelo resultado.....	296
18.3. Espécies de crimes qualificados pelo resultado.....	296
18.3.1. Dolo no antecedente e dolo no consequente .....	296
18.3.2. Culpa no antecedente e culpa no consequente .....	297
18.3.3. Culpa no antecedente e dolo no consequente .....	297
18.3.4. Conduta dolosa e resultado agravador culposo (preterdoloso) .....	297
18.4. Nexo entre conduta e resultado agravador .....	298
18.5. Do crime preterdoloso .....	298
18.5.1. Componentes do crime preterdoloso .....	298
18.5.2. Tentativa no crime preterdoloso .....	298
18.5.3. Latrocínio.....	299
18.5.4. Lesões corporais de natureza grave ou gravíssima...	299
18.5.4.1. Tentativa na lesão corporal grave ou gravíssima .....	299
19. Erro de tipo.....	300
19.1. Conceito .....	300

19.2. Exemplos de erro de tipo .....	301
19.2.1. Erro incidente sobre situação de fato descrita como elementar de tipo incriminador .....	301
19.2.2. Erro incidente sobre relação jurídica descrita como elementar de tipo incriminador .....	302
19.2.3. Erro incidente sobre situação de fato descrita como elementar de tipo permissivo .....	302
19.2.4. Erro incidente sobre circunstância de tipo incriminador	302
19.2.5. Erro sobre dado irrelevante.....	303
19.3. Erro de tipo e erro de direito.....	303
19.4. Erro de tipo e erro de fato .....	303
19.5. Diferenças entre erro de tipo e delito putativo por erro de tipo	304
19.6. Formas de erro de tipo .....	305
19.6.1. Erro de tipo essencial .....	305
19.6.1.1. Conceito .....	305
19.6.1.2. Característica do erro essencial .....	305
19.6.1.3. Formas do erro essencial.....	305
19.6.1.4. Efeitos do erro essencial .....	306
19.6.2. Erro de tipo acidental .....	307
19.6.2.1. Conceito .....	307
19.6.2.2. Característica do erro acidental .....	308
19.6.2.3. Espécies de erro de tipo acidental .....	308
19.7. Discriminantes putativas .....	315
19.7.1. Conceito .....	315
19.7.2. Espécies de discriminantes putativas .....	316
19.7.2.1. Discriminante putativa por erro de proibição.	316
19.7.2.2. Discriminante putativa por erro de tipo.....	317
20. Crime consumado .....	323
20.1. Conceito.....	323
20.2. Diferença entre crime consumado e exaurido .....	324
20.3. A consumação nas várias espécies de crimes .....	324
20.4. <i>Iter criminis</i> .....	325
20.4.1. Cogitação .....	325
20.4.2. Preparação .....	325
20.4.3. Execução.....	326
20.4.3.1. Fronteira entre o fim da preparação e o início da execução.....	326

20.4.4.	Consumação .....	327
20.4.5.	Exaurimento .....	327
21.	Tentativa ( <i>conatus</i> ) .....	327
21.1.	Conceito .....	327
21.2.	Natureza jurídica .....	327
21.3.	Elementos.....	328
21.3.1.	Início de execução .....	328
21.3.1.1.	Critério lógico-formal .....	328
21.3.1.2.	Critério subjetivo .....	329
21.3.1.3.	Critério compositivo ou misto .....	329
21.3.1.4.	Critério adotado.....	330
21.4.	Formas.....	331
21.4.1.	Imperfeita .....	331
21.4.2.	Perfeita ou acabada .....	331
21.4.3.	Branca ou incruenta .....	331
21.4.4.	Cruenta .....	331
21.5.	Tentativa na lesão corporal de natureza grave e gravíssima.	332
21.6.	Infrações penais que não admitem tentativa .....	332
21.7.	Teorias.....	333
21.7.1.	Subjetiva .....	333
21.7.2.	Objetiva ou realística .....	333
21.7.3.	Teoria adotada .....	333
21.8.	Critério para redução da pena .....	333
22.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	334
22.1.	Considerações preliminares.....	334
22.2.	Natureza jurídica.....	334
22.3.	Elementos da tentativa abandonada.....	335
22.4.	Distinção com a tentativa .....	335
22.5.	Espécies de tentativa abandonada .....	335
22.5.1.	Conceito de desistência voluntária.....	335
22.5.1.1.	Desistência voluntária e terrorismo .....	335
22.5.2.	Conceito de arrependimento eficaz .....	336
22.5.3.	Ato voluntário e ato espontâneo .....	336
22.5.4.	Ato voluntário e ato involuntário.....	337
22.5.5.	Distinção .....	337
22.5.6.	Consequência .....	338
23.	Arrependimento posterior.....	338

23.1. Conceito .....	338
23.2. Natureza jurídica.....	338
23.3. Objetivo .....	338
23.4. Diferenças entre arrependimento posterior e eficaz .....	338
23.5. Requisitos.....	339
23.5.1. Crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa .....	339
23.5.2. Reparação do dano ou restituição da coisa.....	339
23.5.3. Voluntariedade do agente .....	339
23.5.4. Até o recebimento da denúncia ou queixa.....	339
23.6. Redução da pena .....	339
23.7. Aplicação.....	340
23.8. Consequências da aplicação em casos específicos .....	340
23.8.1. A questão do peculato doloso .....	340
23.8.2. Emissão de cheque sem suficiente provisão de fundos	340
23.8.3. Outras hipóteses previstas em leis especiais .....	341
23.9. Comunicabilidade a coautores e partícipes .....	342
23.10. Delação eficaz ou premiada e colaboração premiada.....	342
23.10.1. Aplicação em casos específicos .....	342
23.10.1.1. Lei n. 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos)	342
23.10.1.2. Lei n. 12.850/2013 (Lei de Organizações Cri- minosas) .....	343
23.10.1.3. Lei n. 9.807/99 (Lei de Proteção a Testemunhas)	343
23.10.1.4. Lei n. 11.343/2006, art. 41 (Lei de Drogas) ....	344
23.10.1.5. Lei n. 9.613/98 (Lei de Lavagem de Dinheiro)..	344
23.10.1.6. Lei n. 7.492/86 (Lei contra o Sistema Financeiro) e Lei n. 8.137/90 (Crimes contra a Ordem Tri- butária) .....	345
24. Crime impossível.....	345
24.1. Conceito.....	345
24.2. Natureza jurídica .....	345
24.3. Hipóteses de crime impossível.....	346
24.3.1. Ineficácia absoluta do meio .....	346
24.3.2. Improriedade absoluta do objeto material .....	346
24.4. Critério de aferição da idoneidade.....	347
24.5. Outras hipóteses de crime impossível.....	347
24.5.1. Delito putativo por erro de tipo .....	347

24.5.2. Delito putativo por obra do agente provocador (flagrante preparado) .....	347
24.5.2.1. Flagrante preparado nos delitos previstos na Lei de Drogas .....	348
24.5.2.2. Flagrante preparado no delito de concussão. ....	349
24.5.2.3. Diferença entre o flagrante preparado e o flagrante esperado .....	349
24.5.2.4. Flagrante prorrogado ou retardado .....	350
24.6. Teorias relativas à punibilidade ou não do crime impossível	351
24.6.1. Sintomática.....	351
24.6.2. Subjetiva.....	351
24.6.3. Objetiva .....	351
24.6.4. Teoria adotada pelo Código Penal.....	351
24.7. Questões processuais .....	352
25. Classificação dos crimes.....	353
25.1. Quanto à qualidade do sujeito ativo .....	353
25.1.1. Crime comum .....	353
25.1.2. Crime próprio .....	353
25.1.3. Crime bипróprio .....	353
25.1.4. Crime de mão própria .....	353
25.2. Quanto à relação entre a conduta e o resultado naturalístico	353
25.2.1. Crime material .....	353
25.2.2. Crime formal .....	354
25.2.3. Crime de mera conduta .....	354
25.3. Quanto ao grau de intensidade do resultado .....	354
25.3.1. Crime de dano .....	354
25.3.2. Crime de perigo .....	354
25.4. Quanto ao modo de execução.....	355
25.4.1. Crime de forma livre .....	355
25.4.2. Crime de forma vinculada .....	355
25.5. Com relação à forma como o crime é praticado.....	355
25.5.1. Crime comissivo.....	355
25.5.2. Crime omissivo .....	356
25.5.2.1. Crime omissivo próprio .....	356
25.5.2.2. Crime omissivo impróprio.....	356
25.5.3. Crime de conduta mista .....	356



25.6. Quanto ao número de atos executórios que integram a conduta .....	356
25.6.1. Crime unissubsistente .....	356
25.6.2. Crime plurissubsistente .....	357
25.7. Quanto ao momento em que se consuma o crime .....	357
25.7.1. Crime instantâneo .....	357
25.7.2. Crime permanente .....	357
25.7.3. Crime instantâneo de efeitos permanentes.....	357
25.7.4. Crime a prazo .....	358
25.8. Quanto ao número de bens jurídicos atingidos.....	358
25.8.1. Crime mono-ofensivo .....	358
25.8.2. Crime pluriofensivo .....	358
25.9. Quanto ao número de agentes envolvidos.....	358
25.9.1. Crime de concurso necessário .....	358
25.9.2. Crime de concurso eventual .....	358
25.9.3. Crime eventualmente coletivo .....	359
25.10. Quanto ao número de vítimas .....	359
25.10.1. Crime de subjetividade passiva única.....	359
25.10.2. Crime de dupla subjetividade passiva .....	359
25.11. Quanto ao local em que o crime é praticado.....	359
25.11.1. Crime a distância.....	359
25.11.2. Crime plurilocal .....	359
25.12. Quanto à estrutura delineada pelo tipo penal .....	359
25.12.1. Crime simples .....	359
25.12.2. Crime complexo .....	360
25.13. Quanto à existência autônoma do crime .....	360
25.13.1. Crime principal .....	360
25.13.2. Crime acessório .....	360
25.14. Quanto ao vínculo existente entre os crimes .....	360
25.14.1. Crime independente .....	360
25.14.2. Crime conexo .....	360
25.15. Quanto à necessidade de exame de corpo de delito como prova .....	361
25.15.1. Delito de fato permanente ( <i>delicta facti permanentis</i> ) ..	361
25.15.2. Delito de fato transeunte ( <i>delicta facti transeuntis</i> ) ...	361
25.16. Quanto à liberdade para iniciar a ação penal.....	361
25.16.1. Crime condicionado.....	361

25.16.2. Crime incondicionado .....	361
25.17. Outras classificações .....	361
25.17.1. Crime gratuito .....	361
25.17.2. Crime de ímpeto .....	361
25.17.3. Crime de ação violenta .....	361
25.17.4. Crime de ação astuciosa .....	362
25.17.5. Crime de impressão .....	362
25.17.6. Delito de tendência .....	362
25.17.7. Delito de intenção .....	362
25.17.8. Crime de expressão .....	362
25.17.9. Delito mutilado de dois atos.....	362
25.17.10. Crime exaurido.....	363
25.17.11. Delito putativo, imaginário ou erroneamente suposto	363
25.17.12. Crime falho .....	363
25.17.13. Delito de atentado ou de empreendimento.....	363
25.17.14. Crime de mera suspeita, sem ação ou mera posição	364
25.17.15. Crime obstáculo .....	364
25.17.16. Quase-crime .....	364
25.17.17. Crime progressivo.....	364
25.17.18. Progressão criminosa .....	364
25.17.19. Crime remetido .....	365
25.17.20. Crime subsidiário .....	365
25.17.21. Crime de ação múltipla ou conteúdo variado .....	365
25.17.22. Crime de opinião.....	365
25.17.23. Crime multitudinário .....	365
25.17.24. Delito de circulação.....	365
25.17.25. Crime vago .....	365
25.17.26. Crime habitual .....	365
25.17.27. Crime profissional .....	366
25.17.28. Crime funcional ( <i>delicta in officio</i> ).....	366
25.17.29. Crime internacional ou mundial.....	366
25.17.30. Crime militar.....	366
26. Ilicitude .....	367
26.1. Conceito.....	367
26.2. Antijuridicidade e ilicitude .....	368
26.3. Diferença entre ilícito e injusto.....	368
26.4. Teorias da ilicitude .....	369

26.4.1. Teoria da absoluta independência ou autonomia (Beling, 1906).....	369
26.4.2. Teoria do caráter indiciário da ilicitude ou da <i>ratio cognoscendi</i> (Mayer, 1915).....	369
26.4.3. Teoria da absoluta dependência ou da <i>ratio essendi</i> (Mezger, 1930).....	370
26.4.4. Teoria dos elementos negativos do tipo (Merkel) .....	370
26.4.5. Teoria adotada: caráter indiciário da ilicitude ou da <i>ratio cognoscendi</i> .....	370
26.5. Exame da ilicitude: análise por exclusão .....	371
26.6. Espécies.....	372
26.6.1. Ilicitude formal.....	372
26.6.2. Ilicitude material .....	372
26.6.3. Ilicitude subjetiva .....	372
26.6.4. Ilicitude objetiva .....	373
26.7. Causas de exclusão da ilicitude .....	373
26.7.1. Causas supralegais .....	373
26.7.2. Causas legais .....	373
26.8. Questões processuais.....	374
27. Estado de necessidade.....	374
27.1. Conceito .....	374
27.2. Natureza jurídica .....	375
27.3. Causa de diminuição de pena.....	375
27.4. Aplicação: faculdade do juiz ou direito do réu?.....	375
27.5. Teorias.....	376
27.5.1. Unitária.....	376
27.5.2. Diferenciadora ou da diferenciação .....	376
27.5.3. Da equidade ( <i>adäquitätstheorie</i> ).....	377
27.6. Requisitos.....	377
27.6.1. Situação de perigo .....	377
27.6.1.1. O perigo deve ser atual.....	377
27.6.1.2. O perigo deve ameaçar direito próprio ou alheio .....	378
27.6.1.3. O perigo não pode ter sido causado voluntariamente pelo agente .....	379
27.6.1.4. Inexistência do dever legal de arrostar o perigo .....	380
27.6.2. Conduta lesiva .....	381
27.6.2.1. Inevitabilidade do comportamento.....	381

27.6.2.2. Razoabilidade do sacrifício .....	381
27.6.2.3. Conhecimento da situação justificante .....	381
27.7. Formas de estado de necessidade .....	382
27.7.1. Quanto à titularidade do interesse protegido .....	382
27.7.2. Quanto ao aspecto subjetivo do agente .....	382
27.7.3. Quanto ao terceiro que sofre a ofensa .....	382
27.8. Casos específicos .....	383
27.8.1. Crimes habituais, permanentes e reiteração criminosa	383
27.8.2. Estado de necessidade e dificuldades econômicas.....	383
27.8.3. Porte de arma e estado de necessidade .....	383
28. Legítima defesa .....	383
28.1. Conceito.....	383
28.2. Fundamento .....	384
28.3. Natureza jurídica.....	384
28.4. Requisitos.....	384
28.4.1. Agressão injusta.....	384
28.4.1.1. Provocação do agente .....	385
28.4.2. Agressão atual ou iminente .....	385
28.4.3. Agressão a direito próprio ou de terceiro .....	386
28.4.3.1. Legítima defesa da honra .....	386
28.4.4. Meios necessários .....	386
28.4.4.1. Desnecessidade do meio .....	388
28.4.5. Moderação.....	388
28.4.5.1. Imoderação .....	388
28.4.5.2. Excesso .....	388
28.4.6. Conhecimento da situação justificante .....	389
28.4.7. <i>Commodus discessus</i> .....	390
28.4.7.1. Inevitabilidade da agressão e <i>commodus discessus</i>	390
28.5. Hipóteses de cabimento da legítima defesa .....	391
28.5.1. Legítima defesa contra agressão injusta de inimputável	391
28.5.2. Legítima defesa contra agressão acobertada por qual-	
quer outra causa de exclusão da culpabilidade .....	391
28.5.3. Legítima defesa real contra legítima defesa putativa	391
28.5.4. Legítima defesa putativa contra legítima defesa pu-	
tativa .....	391
28.5.5. Legítima defesa real contra legítima defesa subjetiva	392
28.5.6. Legítima defesa putativa contra legítima defesa real	392

28.5.7. Legítima defesa real contra legítima defesa culposa.	392
28.6. Hipóteses de não cabimento da legítima defesa.....	393
28.7. Questão processual: quesitação da legítima defesa no júri	393
28.8. Outros conceitos .....	394
28.8.1. Legítima defesa sucessiva.....	394
28.8.2. Legítima defesa putativa .....	394
28.8.3. Legítima defesa subjetiva .....	394
28.8.4. Legítima defesa recíproca .....	394
28.8.5. Legítima defesa própria e legítima defesa de terceiro	394
28.8.6. <i>Aberratio ictus</i> na reação defensiva .....	394
28.8.7. Legítima defesa e tentativa .....	395
28.8.8. "Legítima defesa da honra" .....	395
28.9. Diferenças entre legítima defesa e estado de necessidade ..	395
29. Estrito cumprimento do dever legal.....	396
29.1. Conceito .....	396
29.2. Fundamento .....	396
29.3. Requisitos .....	396
29.3.1. Dever legal .....	396
29.3.2. O cumprimento deve ser estritamente dentro da lei	396
29.3.3. Conhecimento da situação justificante .....	397
29.4. Alcance da excludente .....	397
29.5. Coautores e partícipes .....	397
29.6. Crime culposos .....	397
30. Exercício regular de direito .....	398
30.1. Conceito.....	398
30.2. Fundamento .....	398
30.3. Alcance do exercício regular do direito .....	398
30.4. Requisitos .....	398
30.4.1. Significado da expressão "direito" .....	398
30.4.2. Conhecimento da situação justificante .....	399
30.5. Aplicação em casos específicos.....	399
30.5.1. Intervenções médicas e cirúrgicas .....	399
30.5.2. Violência desportiva .....	400
30.5.3. Ofendículos ( <i>offendiculas</i> ou <i>offensaculas</i> ) .....	401
30.5.4. Defesa mecânica predisposta .....	402
30.6. Consentimento do ofendido .....	402

30.6.1. Irrelevante penal .....	403
30.6.2. Causa de exclusão da tipicidade.....	403
30.6.3. Causa de exclusão da ilicitude .....	403
30.6.4. Causa de extinção da punibilidade .....	404
30.6.5. Causa de diminuição de pena .....	404
30.6.6. Consentimento da vítima nos delitos culposos .....	404
30.6.7. Operações cirúrgicas .....	405
30.6.8. Ordem pública e bons costumes .....	405
30.7. Distinção entre consentimento em sentido estrito e acordo	405
31. Culpabilidade .....	405
31.1. Conceito .....	405
31.2. A culpabilidade como juízo de reprovação .....	406
31.3. Grau de culpabilidade .....	407
31.4. Culpabilidade do autor .....	407
31.5. Culpabilidade do fato .....	407
31.6. Evolução do conceito de responsabilidade objetiva para a subjetiva .....	408
31.6.1. Período primitivo do Direito Penal .....	408
31.6.2. Talião .....	408
31.6.3. Período do direito romano .....	409
31.6.4. Período germânico.....	409
31.6.5. Idade Média .....	409
31.6.6. Período moderno .....	410
31.6.7. Escola Clássica .....	410
31.6.8. Escola Positiva italiana.....	410
31.6.9. Período atual .....	411
31.6.10. <i>Versari in re illicita</i> .....	412
31.7. Teorias.....	412
31.7.1. Teoria psicológica da culpabilidade.....	412
31.7.2. Teoria psicológico-normativa ou normativa da culpa- bilidade .....	413
31.7.3. Teoria normativa pura da culpabilidade .....	414
31.7.4. Teoria estrita ou extremada da culpabilidade e teoria limitada da culpabilidade .....	415
31.7.5. Teoria adotada pelo Código Penal brasileiro .....	415
31.8. Elementos da culpabilidade segundo a teoria do Código Penal .....	415

31.8.1. Imputabilidade .....	415
31.8.1.1. Conceito .....	415
31.8.1.2. Distinção entre imputabilidade e capacidade .....	416
31.8.1.3. Distinção entre dolo e imputabilidade.....	417
31.8.1.4. Distinção entre imputabilidade e responsabilidade.....	417
31.8.1.5. Regra .....	417
31.8.1.6. Causas que excluem a imputabilidade .....	417
31.8.1.7. Critérios de aferição da inimputabilidade.....	427
31.8.1.8. Requisitos da inimputabilidade segundo o sistema biopsicológico.....	428
31.8.1.9. Questões atinentes à emoção e paixão .....	429
31.8.1.10. Semi-imputabilidade ou responsabilidade diminuída .....	430
31.8.1.11. Questões processuais.....	432
31.8.2. Potencial consciência da ilicitude.....	433
31.8.2.1. Erro de direito.....	433
31.8.2.2. Erro de proibição .....	434
31.8.3. Exigibilidade de conduta diversa .....	439
31.8.3.1. Introdução .....	439
31.8.3.2. Conceito.....	439
31.8.3.3. Natureza jurídica .....	440
31.8.3.4. Causas que levam à exclusão da exigibilidade de conduta diversa .....	440
31.9. Responsabilidade penal objetiva .....	446
32. Concurso de pessoas.....	447
32.1. Nomenclatura .....	447
32.2. Espécies de crimes quanto ao concurso de pessoas.....	448
32.2.1. Monossujeitos ou de concurso eventual .....	448
32.2.2. Plurissujeitos ou de concurso necessário .....	448
32.2.2.1. De condutas paralelas .....	448
32.2.2.2. De condutas convergentes .....	448
32.2.2.3. De condutas contrapostas .....	449
32.3. Espécies de concurso de pessoas .....	449
32.3.1. Concurso necessário.....	449
32.3.2. Concurso eventual.....	449
32.4. Autoria .....	449

32.4.1. Teoria unitária .....	449
32.4.2. Teoria extensiva .....	450
32.4.3. Teoria restritiva .....	450
32.4.3.1. Teoria ou critério objetivo-formal.....	450
32.4.3.2. Teoria ou critério objetivo-material .....	451
32.4.3.3. Teoria do domínio do fato .....	452
32.5. Formas de concurso de pessoas .....	455
32.5.1. Coautoria.....	455
32.5.1.1. Coautoria no crime omissivo próprio .....	456
32.5.1.2. Coautoria parcial ou funcional.....	457
32.5.2. Participação .....	457
32.6. Diferença entre autor e partícipe.....	458
32.7. Natureza jurídica do concurso de agentes .....	458
32.7.1. Teoria unitária ou monista .....	458
32.7.2. Teoria dualista .....	458
32.7.3. Teoria pluralista ou pluralística .....	458
32.7.4. Teoria adotada pelo Código Penal quanto à natureza do concurso de pessoas.....	458
32.7.4.1. Exceções pluralísticas ou desvio subjetivo de conduta .....	459
32.8. Da participação .....	459
32.8.1. Natureza jurídica da participação .....	459
32.8.2. Espécies de acessoriedade.....	461
32.8.2.1. Mínima .....	461
32.8.2.2. Limitada.....	461
32.8.2.3. Extremada .....	461
32.8.2.4. Hiperacessoriedade.....	461
32.8.2.5. Teoria adotada pelo Código Penal .....	462
32.8.3. Formas de participação.....	462
32.8.3.1. Moral.....	462
32.8.3.2. Material.....	463
32.8.3.3. Cumplicidade .....	463
32.8.4. Participação e crime culposo .....	465
32.8.5. Participação de participação .....	466
32.8.6. Participação sucessiva.....	466
32.8.7. Convivência ou participação negativa ( <i>crimen silenti</i> ) .	466
32.8.8. Participação por omissão.....	467



32.8.9. Participação em crime omissivo .....	468
32.8.10. Participação impunível .....	468
32.9. Requisitos do concurso de pessoas .....	468
32.9.1. Pluralidade de condutas .....	468
32.9.2. Relevância causal de todas as condutas .....	469
32.9.3. Liame subjetivo ou concurso de vontades .....	469
32.9.4. Identidade de infração para todos .....	469
32.10. Outros conceitos .....	470
32.10.1. Autoria mediata .....	470
32.10.2. Autoria colateral .....	471
32.10.3. Autoria incerta .....	471
32.10.4. Autoria desconhecida ou ignorada .....	472
32.10.5. Multidão delinquente .....	472
32.10.6. Delação e colaboração premiadas .....	473
33. Comunicabilidade e incomunicabilidade de elementares e circunstâncias .....	473
33.1. Das circunstâncias .....	473
33.1.1. Conceito .....	473
33.1.2. Espécies de circunstâncias .....	474
33.1.2.1. Subjetivas ou de caráter pessoal .....	474
33.1.2.2. Objetivas .....	474
33.2. Das elementares .....	475
33.2.1. Conceito .....	475
33.2.2. Espécies de elementares .....	475
33.3. Circunstâncias elementares .....	475
33.4. A regra do art. 30 do CP .....	476
33.5. Casos específicos .....	477
33.5.1. Concurso de pessoas no infanticídio .....	477
33.5.2. Qualificadora da promessa de recompensa no homicídio .....	479
33.6. Participação impunível .....	479
34. Da sanção penal .....	480
34.1. Considerações preliminares .....	480
34.2. Conceito de pena .....	480
34.3. Finalidades .....	480
34.3.1. Teoria absoluta ou da retribuição .....	480
34.3.2. Teoria relativa, finalista, utilitária ou da prevenção..	480

34.3.3. Teoria mista, eclética, intermediária ou conciliatória..	481
34.4. Características da pena.....	481
34.4.1. Legalidade.....	481
34.4.2. Anterioridade.....	481
34.4.3. Personalidade .....	481
34.4.4. Individualidade.....	481
34.4.5. Inderrogabilidade.....	481
34.4.6. Proporcionalidade .....	481
34.4.7. Humanidade .....	481
34.5. Classificação .....	482
35. Das penas privativas de liberdade.....	482
35.1. Espécies .....	482
35.2. Regimes penitenciários .....	482
35.3. Do regime inicial de cumprimento de pena.....	482
35.3.1. Considerações preliminares .....	482
35.3.2. Sentença omissa quanto ao regime inicial.....	482
35.3.3. Gravidade do delito e regime inicial fechado.....	483
35.3.4. Regimes penitenciários iniciais da pena de reclusão	483
35.3.5. Regimes penitenciários iniciais da pena de detenção.	484
35.3.5.1. Regime inicial fechado na pena de detenção.	485
35.3.6. Regime inicial na pena de prisão simples.....	485
35.3.7. Soma e unificação de penas para aplicação da regra do concurso de crimes e regime inicial de cumprimen- to de pena .....	486
35.4. Classificação dos condenados e individualização da execução penal .....	486
35.5. Da progressão de regime.....	489
35.5.1. Considerações preliminares e conceito.....	489
35.5.2. Requisitos para a progressão de regime .....	489
35.5.3. Manifestação do Ministério Público e do defensor ...	492
35.5.4. Progressão por salto .....	492
35.5.5. Falta de vaga no regime semiaberto .....	493
35.5.6. Preso provisório e progressão de regime .....	494
35.5.7. <i>Habeas corpus</i> e progressão de regime.....	494
35.5.8. Progressão de regime em casos específicos.....	495
35.5.8.1. Progressão de regime nos crimes hediondos (Lei n. 8.072/90).....	495

35.5.8.2. Progressão de regime no crime de tortura: a questão do art. 1º, § 7º, da Lei n. 9.455/97.....	503
35.5.8.3. Progressão de regime e Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006) .....	504
35.5.8.4. Progressão nos crimes contra a administração pública.....	505
35.6. Das regras nos regimes penitenciários .....	505
35.6.1. Regime fechado.....	505
35.6.2. Regime semiaberto.....	511
35.6.3. Regime aberto .....	515
35.6.3.1. Requisitos.....	515
35.6.3.2. Condições .....	516
35.6.3.3. Casa do Albergado .....	516
35.6.3.4. Prisão-albergue domiciliar.....	517
35.6.3.5. Outras regras .....	518
35.6.3.6. Regressão de regime .....	518
35.6.4. Regime disciplinar diferenciado .....	520
35.7. Direitos do preso.....	523
35.7.1. Superveniência de doença mental .....	527
35.8. Da detração penal.....	528
35.8.1. Conceito.....	528
35.8.2. Detração e pena privativa de liberdade .....	528
35.8.3. Detração e medidas cautelares diversas da prisão ...	528
35.8.4. Detração e o juízo da execução.....	531
35.8.5. Detração em penas restritivas de direitos.....	532
35.8.6. Detração e medida de segurança .....	532
35.8.7. Detração em pena de multa.....	532
35.8.8. Detração e <i>sursis</i> .....	533
35.8.9. Detração e prisão provisória em outro processo.....	533
35.8.10. Detração para fins de prescrição.....	534
36. Das penas restritivas de direitos.....	534
36.1. Considerações preliminares .....	534
36.1.1. Antecedente histórico.....	534
36.1.2. Alternativas penais.....	535
36.1.3. Conceito de medidas penais alternativas .....	535
36.1.4. Classificação das medidas penais alternativas.....	535
36.1.5. Conceito de penas alternativas .....	535

36.1.6. Classificação das penas alternativas .....	536
36.1.6.1. Penas alternativas consensuais .....	536
36.1.6.2. Penas alternativas não consensuais .....	536
36.1.7. Diferença entre medidas penais alternativas e penas alternativas .....	536
36.2. Das penas alternativas em geral .....	536
36.2.1. Penas alternativas e Lei n. 9.714/98 .....	536
36.2.2. Natureza do elenco legal das penas alternativas.....	537
36.2.3. Modificação na tendência de recrudescimento do sistema penal brasileiro .....	537
36.2.4. Objetivos da atual lei .....	538
36.2.5. Classificação das infrações penais segundo o grau de lesividade para incidência do sistema alternativo.....	538
36.2.6. Incidência do sistema penal alternativo.....	539
36.2.7. Espécies das penas alternativas .....	539
36.3. Das penas alternativas restritivas de direito .....	539
36.3.1. Classificação das penas alternativas restritivas de direitos .....	539
36.3.1.1. Penas restritivas de direitos em sentido estrito.	539
36.3.1.2. Penas restritivas de direitos pecuniárias .....	540
36.3.2. Distinção entre a pena de multa e as penas restritivas de direito pecuniárias.....	540
36.3.3. Requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade por pena alternativa restritiva de direitos	540
36.3.3.1. Requisitos objetivos .....	540
36.3.3.2. Requisitos subjetivos.....	540
36.3.3.3. Requisito da quantidade de pena na hipótese de concurso de crimes.....	541
36.3.4. Aplicação do benefício da pena alternativa em hipóteses específicas .....	542
36.3.4.1. Crime cometido sem violência ou grave ameaça	542
36.3.4.2. Crime de lesão corporal leve (CP, art. 129, <i>caput</i> ), constrangimento ilegal (art. 146), ameaça (art. 147) e contravenção de vias de fato (LCP, art. 21)	542
36.3.4.3. Violência doméstica e familiar contra a mulher	542
36.3.4.4. Condenação por crime hediondo .....	543
36.3.4.5. Condenação por tráfico de drogas .....	545

36.3.4.6. Condenação por roubo simples praticado com emprego de meio que reduza a vítima à impossibilidade de resistência .....	545
36.3.4.7. Lei de Lavagem de Dinheiro .....	545
36.3.4.8. Crimes de trânsito e Lei n. 13.281/2016 .....	546
36.3.4.9. Aplicação em casos de reincidência .....	546
36.3.4.10. A revogação do art. 60, § 2º, do CP e a possibilidade de aplicação do benefício da pena alternativa .....	549
36.3.5. Manutenção do benefício da pena alternativa aplicada em hipóteses específicas .....	551
36.3.5.1. Condenação posterior a pena privativa de liberdade .....	551
36.3.5.2. Regime aberto e <i>sursis</i> .....	553
36.3.5.3. Regime fechado e semiaberto.....	553
36.3.5.4. Não pagamento da multa substitutiva ou vicariante por devedor solvente .....	554
36.3.6. Das penas alternativas restritivas de direito em sentido estrito (prestação de serviços à comunidade, limitação de fim de semana, interdição temporária de direitos)	554
36.3.6.1. Características .....	554
36.3.6.2. Duração.....	554
36.3.6.3. Possibilidade de cumulação .....	556
36.3.6.4. Tipos de penas restritivas de direitos.....	556
36.3.6.5. Espécies.....	556
36.3.6.6. Sobre a pena de suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo.....	559
36.4. Das penas alternativas pecuniárias .....	566
36.4.1. Prestação pecuniária .....	566
36.4.2. Prestação inominada.....	567
36.4.3. Perda de bens e valores .....	567
36.4.4. Princípio da personalidade da pena (CF, art. 5º, XLV)	569
36.4.5. Execução da prestação pecuniária .....	570
37. Da pena de multa.....	572
37.1. Critério adotado .....	572
37.2. Espécies .....	572
37.3. Destinação da pena de multa .....	572

374.	Cálculo do valor da pena de multa .....	573
374.1.	Identificação do número de dias-multa.....	573
374.2.	Identificação do valor de cada dia-multa.....	574
374.2.1.	Correção monetária.....	574
375.	Valor irrisório .....	575
376.	Conversão da multa em pena de detenção.....	575
377.	Alterações promovidas pela Lei n. 9.268, de 1ª de abril de 1996	575
378.	Procedimento previsto para execução da pena de multa ....	578
379.	Superveniência de doença mental .....	579
37.10.	Da multa substitutiva ou vicariante .....	579
37.10.1.	Previsão legal .....	579
37.10.2.	Aplicação .....	580
37.10.3.	Não pagamento da multa substitutiva ou vicariante por devedor solvente .....	580
37.10.4.	Cumulação de multas .....	580
37.11.	Multa e violência doméstica e familiar contra a mulher ....	581
37.12.	<i>Habeas corpus</i> e pena de multa.....	581
38.	Das medidas de segurança .....	582
38.1.	Conceito.....	582
38.2.	Finalidade.....	582
38.3.	Sistemas .....	582
38.4.	Pressupostos.....	582
38.4.1.	Prática do crime.....	582
38.4.2.	Periculosidade .....	583
38.5.	Espécies de medida de segurança.....	583
38.5.1.	Medida de segurança detentiva.....	583
38.5.1.1.	Características .....	583
38.5.1.2.	Local da internação .....	584
38.5.1.3.	Desinternação.....	584
38.5.1.4.	Possibilidade de aplicação de medida de se- gurança detentiva (internação em hospital de custódia e tratamento) em crime apenado com detenção.....	584
38.5.2.	Medida de segurança restritiva.....	585
38.5.2.1.	Características .....	585
38.5.2.2.	Critério para fixar o prazo mínimo .....	586

38.5.2.3. Liberação.....	586
38.5.2.4. Conversão do tratamento ambulatorial em internação .....	586
38.6. Semi-imputável (CP, art. 98).....	586
38.7. Inimputabilidade e medida de segurança .....	586
38.8. Medida de segurança e <i>reformatio in pejus</i> (Súmula 525 do STF) .....	587
38.9. Procedimento para execução da medida de segurança .....	587
38.10. Aplicação provisória da medida de segurança .....	588
38.11. Competência para revogar a medida de segurança.....	588
38.12. Medida de segurança e a detração.....	588
38.13. Medida de segurança e prescrição .....	588
38.14. Conversão da pena em medida de segurança .....	589
38.15. Medida de segurança e Lei n. 12.403/2011 .....	590
38.16. Aplicação sucessiva de medida de segurança .....	590
38.17. Medida de segurança e indulto.....	590
38.18. Internação cível .....	591
39. Da aplicação da pena .....	591
39.1. Elementar .....	591
39.2. Das circunstâncias .....	591
39.2.1. Conceito .....	591
39.2.2. Classificação das circunstâncias.....	591
39.2.2.1. Quanto à sua natureza .....	591
39.2.2.2. Quanto à sua aplicação .....	592
39.2.3. Espécies de circunstâncias legais .....	592
39.2.3.1. Gerais ou genéricas.....	592
39.2.3.2. Especiais ou específicas .....	592
39.2.4. Do sistema trifásico para aplicação da pena .....	593
39.2.4.1. Fundamento legal .....	593
39.2.4.2. Regras básicas .....	595
39.2.4.3. Das fases de aplicação da pena.....	596
40. Da reincidência .....	620
40.1. Conceito.....	620
40.1.1. Reincidência .....	620
40.1.2. Reincidência específica .....	620
40.1.3. Reincidente em crime doloso .....	621

40.2. O conceito de primariedade e a reincidência .....	621
40.2.1. Primariedade técnica .....	621
40.3. Natureza jurídica.....	622
40.4. Prova da reincidência.....	623
40.5. Incomunicabilidade.....	623
40.6. Configuração da reincidência em hipóteses específicas.....	623
40.6.1. Contravenção anterior e posterior .....	623
40.6.2. Sentença transitada em julgado após a prática de crime	623
40.6.3. Condenação no estrangeiro.....	623
40.6.4. Multa anterior.....	624
40.6.5. Reabilitação criminal .....	624
40.6.6. Extinção da punibilidade em relação ao crime anterior	624
40.6.7. Extinção da pena pelo seu cumprimento .....	624
40.6.8. Suspensão condicional do processo (Lei n. 9.099/95, art. 89) .....	624
40.6.9. Transação penal (Lei n. 9.099/95, art. 76, §§ 4º e 6º)....	624
40.6.10. Composição civil (Lei n. 9.099/95, art. 74, parágrafo único) .....	625
40.6.11. Perdão judicial .....	625
40.7. Ocorrência .....	625
40.8. Crimes que não induzem reincidência.....	625
40.9. Efeitos da reincidência .....	626
40.10. Prescrição da reincidência .....	627
40.10.1. Termo inicial do período depurador .....	627
40.10.2. Termo final do período depurador.....	628
40.11. Sistema da temporariedade da reincidência .....	628
40.12. Reincidência e maus antecedentes .....	628
41. Suspensão condicional da pena .....	628
41.1. Origem.....	628
41.2. Conceito.....	629
41.3. <i>Sursis</i> e a Lei n. 9.714/98.....	629
41.4. Natureza jurídica .....	630
41.5. Sistemas.....	630
41.6. Requisitos.....	631
41.6.1. Objetivos.....	631
41.6.2. Subjetivos .....	633



41.7. Espécies de <i>sursis</i> .....	633
41.7.1. Etário .....	634
41.7.2. Humanitário .....	634
41.7.3. Simples.....	634
41.7.4. Especial.....	634
41.7.4.1. Cumulação das condições do <i>sursis</i> especial no <i>sursis</i> simples.....	635
41.8. Condições .....	635
41.9. <i>Sursis</i> incondicionado.....	636
41.10. Possibilidade de o juiz das execuções fixar condições para o <i>sursis</i> em caso de omissão do juízo da condenação .....	636
41.11. Período de prova .....	637
41.12. Obrigatoriedade de manifestação sobre o <i>sursis</i> .....	637
41.13. <i>Sursis</i> e crime hediondo.....	637
41.14. <i>Sursis</i> e Lei n. 9.605/98 (Lei Ambiental).....	637
41.15. <i>Sursis</i> e Lei das Contravenções Penais .....	637
41.16. Dupla concessão ao mesmo réu em processos distintos....	638
41.17. Detração e <i>sursis</i> .....	638
41.18. Da revogação do <i>sursis</i> .....	638
41.18.1. Formas de revogação.....	638
41.18.1.1. Revogação obrigatória.....	638
41.18.1.2. Revogação facultativa .....	639
41.18.2. Exigência de oitiva do condenado para a revogação do benefício .....	640
41.18.3. Prorrogação e extinção automáticas (CP, art. 81, § 2º)	640
41.18.3.1. Conflito com o art. 82 do CP .....	641
41.18.3.2. Prática de crime ou contravenção após o vencimento do período de prova do <i>sursis</i> e prorrogação .....	641
41.18.3.3. Expiração do prazo do período de prova do <i>sursis</i> e revogação .....	642
41.18.3.4. Insubsistência das condições durante a pror- rogação.....	643
41.19. Extinção sem oitiva do Ministério Público.....	644
41.20. Cassação do <i>sursis</i> .....	644
41.21. <i>Sursis</i> e revelia .....	644

41.22. Renúncia ao <i>sursis</i> .....	645
41.23. <i>Sursis</i> para estrangeiro .....	645
41.24. <i>Habeas corpus</i> para pleitear <i>sursis</i> .....	646
42. Livramento condicional .....	646
42.1. Conceito.....	646
42.2. Natureza jurídica.....	646
42.3. Distinção com <i>sursis</i> .....	646
42.4. Requisitos .....	647
42.4.1. Objetivos.....	647
42.4.1.1. Reincidente específico .....	648
42.4.1.2. Condenado primário, mas portador de maus antecedentes.....	649
42.4.2. Subjetivos.....	649
42.4.3. Requisitos procedimentais .....	650
42.5. Livramento condicional antes do trânsito em julgado .....	651
42.6. Livramento condicional humanitário .....	651
42.7. Exame criminológico.....	652
42.8. Condições do livramento .....	652
42.8.1. Obrigatórias (LEP, art. 132, § 1º).....	652
42.8.2. Facultativas (LEP, art. 132, § 2º).....	652
42.8.3. Judiciais.....	653
42.8.4. Condição legal indireta.....	653
42.9. Da revogação do livramento .....	653
42.9.1. Obrigatória .....	653
42.9.2. Facultativa.....	653
42.9.2.1. Opções do juiz na revogação facultativa .....	654
42.9.3. Causas de revogação judiciais.....	654
42.9.4. Causas de revogação legais .....	654
42.9.5. Efeitos da revogação do livramento .....	654
42.10. Suspensão do livramento .....	656
42.10.1. Na hipótese de crime cometido durante a vigência do benefício (art. 86, I) .....	656
42.10.2. Na hipótese de descumprimento das obrigações constantes da sentença (art. 87, 1ª parte).....	656
42.10.3. Na hipótese do art. 87, 2ª parte.....	656
42.11. Extinção da pena.....	656

42.11.1. Prorrogação do período de prova (CP, art. 89).....	656
42.11.2. Extinção automática (CP, art. 90, e LEP, art. 146) .....	657
42.12. Livramento condicional e remição.....	657
42.13. Livramento condicional do estrangeiro .....	657
42.14. <i>Habeas corpus</i> e livramento condicional.....	658
42.15. Livramento condicional e regime disciplinar diferenciado (RDD) .....	658
43. Efeitos da condenação .....	658
43.1. Efeitos principais .....	658
43.2. Efeitos secundários .....	659
43.3. Efeitos extrapenais .....	659
43.3.1. Efeitos extrapenais genéricos .....	659
43.3.1.1. Apreensão, arrecadação e destinação dos bens do acusado na Lei n. 11.343/2006.....	661
43.3.1.2. Apreensão, arrecadação e destinação dos bens do acusado na Lei n. 10.826/2003.....	663
43.3.1.3. O confisco e as alterações promovidas pela Lei n. 9.714/98 no art. 43 do CP.....	664
43.3.2. Efeitos extrapenais específicos .....	666
44. Reabilitação .....	668
44.1. Conceito.....	668
44.2. Natureza jurídica.....	668
44.3. Cabimento .....	669
44.3.1. Direito à certidão criminal negativa .....	669
44.4. Consequências .....	669
44.5. Pressupostos.....	670
44.6. Revogação.....	671
44.7. Do procedimento para requerer a habilitação.....	671
44.7.1. Postulação.....	671
44.7.2. Competência para a concessão.....	671
44.7.3. Do pedido.....	672
44.7.4. Provimento n. 5/81 da Corregedoria-Geral de Justiça	672
44.7.5. Negada a reabilitação .....	672
44.7.6. Recurso cabível.....	672
44.7.7. Morte do reabilitando .....	673
44.7.8. Reincidência.....	673

45. Concurso de crimes .....	673
45.1. Conceito.....	673
45.1.1. Concurso de pessoas.....	673
45.1.2. Concurso aparente de normas .....	673
45.1.3. Concurso de crimes .....	673
45.2. Sistemas .....	673
45.3. Espécies.....	673
45.3.1. Concurso material ou real .....	674
45.3.1.1. Conceito .....	674
45.3.1.2. Concurso material e crime continuado .....	674
45.3.1.3. Espécies .....	674
45.3.1.4. Aplicação de penas .....	674
45.3.1.5. Pena privativa de liberdade somada com res- tritiva de direitos.....	674
45.3.1.6. Pena restritiva de direitos com outra restritiva	674
45.3.1.7. Juiz competente para a aplicação da regra do concurso material.....	674
45.3.1.8. Concurso material e prescrição .....	675
45.3.2. Concurso formal ou ideal.....	675
45.3.2.1. Conceito.....	675
45.3.2.2. Requisitos do concurso formal.....	675
45.3.2.3. Espécies.....	676
45.3.2.4. Aplicação da pena .....	677
45.3.2.5. Teorias .....	678
45.3.2.6. Concurso material benéfico .....	678
45.3.2.7. Concurso formal e crime único .....	678
45.3.2.8. Concurso formal e prescrição.....	679
45.3.3. Crime continuado .....	679
45.3.3.1. Conceito.....	679
45.3.3.2. Crime continuado e o concurso formal.....	679
45.3.3.3. Espécies.....	680
45.3.3.4. Aplicação da pena.....	680
45.3.3.5. Concurso material benéfico .....	680
45.3.3.6. Incidência do aumento de pena no crime con- tinuado.....	680
45.3.3.7. A pena nas hipóteses de concurso formal homo- gêneo como componente do crime continuado	681

45.3.3.8.	Momento da unificação da pena .....	681
45.3.3.9.	Natureza jurídica .....	681
45.3.3.10.	Requisitos.....	682
45.3.3.11.	Teorias sobre a unidade de desígnio.....	682
45.3.3.12.	Distinção entre crime continuado e habitualidade criminosa.....	685
45.3.3.13.	Crime continuado entre roubos praticados contra vítimas diferentes .....	685
45.3.3.14.	Condições semelhantes.....	685
45.3.3.15.	Crime continuado entre delitos culposos.....	689
45.3.3.16.	Consumação e tentativa .....	690
45.3.3.17.	Crime continuado e aplicação da lei penal no tempo.....	690
45.3.3.18.	Crime continuado e início da contagem do lapso prescricional .....	690
45.3.3.19.	A pena no crime continuado para efeitos da prescrição .....	690
45.3.3.20.	Sistema de aplicação da pena de multa no concurso de crimes .....	691
46.	Limites de penas .....	692
46.1.	Tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade	692
46.2.	Nova condenação .....	692
46.3.	Limite da pena de multa .....	693
46.4.	Jurisprudência.....	693
47.	Ação penal .....	693
47.1.	Conceito .....	693
47.2.	Características .....	694
47.3.	Espécies de ação penal no direito brasileiro .....	694
47.4.	As condições da ação penal.....	696
47.4.1.	Condições da ação penal, absolvição sumária e Lei n. 11.719/2008 .....	698
47.5.	Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios	699
47.5.1.	Titularidade.....	699
47.5.2.	Princípios.....	700
47.6.	Ação penal pública condicionada.....	703
47.6.1.	Conceito .....	703

47.6.2. Ação penal pública condicionada à representação ....	703
47.6.2.1. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal.....	704
47.6.2.2. Natureza jurídica da representação .....	705
47.6.2.3. Conceito de representação .....	706
47.6.2.4. Titular do direito de representação .....	706
47.6.2.5. Prazo da representação .....	707
47.6.2.6. Forma da representação.....	708
47.6.2.7. Destinatário da representação.....	709
47.6.2.8. Irretratabilidade da representação .....	710
47.6.2.9. Não vinculação da representação .....	710
47.6.3. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça .....	711
47.6.3.1. Hipóteses de requisição.....	711
47.6.3.2. Prazo para o oferecimento da requisição .....	711
47.6.3.3. Eficácia objetiva da requisição .....	711
47.6.3.4. Conteúdo da requisição.....	711
47.6.3.5. Destinatário da requisição.....	712
47.6.3.6. Retratação da requisição .....	712
47.6.3.7. Vinculação da requisição.....	712
47.7. Ação penal privada .....	712
47.7.1. Conceito.....	712
47.7.2. Fundamento .....	713
47.7.3. Titular.....	713
47.7.4. Princípios .....	714
47.7.5. Espécies de ação penal privada .....	715
47.7.5.1. Exclusivamente privada, ou propriamente dita	715
47.7.5.2. Ação privada personalíssima .....	715
47.7.5.3. Subsidiária da pública .....	716
47.7.6. Crimes de ação penal privada no Código Penal .....	716
47.7.7. Prazo da ação penal privada .....	717
48. Causas de extinção da punibilidade .....	718
48.1. Conceito e efeitos da extinção da punibilidade.....	718
48.2. Causas extintivas da punibilidade .....	719
48.2.1. Morte do agente (inciso I).....	719
48.2.2. Anistia, graça e indulto (inciso II).....	721

48.2.2.1. Anistia.....	721
48.2.2.2. Indulto e graça em sentido estrito .....	723
48.2.3. Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso ( <i>abolitio criminis</i> ).....	728
48.2.4. Renúncia ao direito de queixa .....	729
48.2.4.1. Conceito.....	729
48.2.4.2. Oportunidade .....	729
48.2.4.3. Cabimento .....	729
48.2.4.4. Formas.....	729
48.2.4.5. Recebimento de indenização .....	729
48.2.4.6. Ofendido maior de 18 anos .....	730
48.2.4.7. Queixa oferecida contra um dos ofensores....	730
48.2.4.8. Crimes de dupla subjetividade passiva.....	731
48.2.4.9. Morte do ofendido .....	731
48.2.5. Perdão do ofendido .....	731
48.2.5.1. Conceito.....	731
48.2.5.2. Distinção entre perdão e renúncia.....	731
48.2.5.3. Oportunidade .....	731
48.2.5.4. Cabimento.....	731
48.2.5.5. Formas.....	731
48.2.5.6. Titularidade da concessão do perdão.....	732
48.2.5.7. Da aceitação do perdão .....	732
48.2.6. Perempção .....	733
48.2.6.1. Conceito.....	733
48.2.6.2. Oportunidade .....	733
48.2.6.3. Cabimento .....	733
48.2.6.4. Hipóteses .....	733
48.2.7. Retratação do agente.....	736
48.2.7.1. Conceito .....	736
48.2.7.2. Casos em que a lei a permite.....	736
48.2.7.3. Oportunidade.....	737
48.2.7.4. Comunicabilidade.....	737
48.2.8. Casamento do agente com a vítima e casamento da vítima com terceiro .....	737
48.2.9. Perdão judicial.....	738
48.2.9.1. Conceito .....	738

48.2.9.2. Faculdade do juiz.....	738
48.2.9.3. Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido .....	738
48.2.9.4. Extensão .....	738
48.2.9.5. Hipóteses legais .....	739
48.2.9.6. Natureza jurídica da sentença concessiva.....	740
48.2.9.7. Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa com base no art. 395 do CPP.....	741
48.2.9.8. Do perdão judicial na Lei de Proteção às Testemunhas (Lei n. 9.807/99).....	742
48.2.10. Decadência.....	747
48.2.10.1. Conceito .....	747
48.2.10.2. Característica da não interrupção .....	747
48.2.10.3. Efeito .....	747
48.2.10.4. Prazo decadencial .....	748
48.2.10.5. Titularidade do direito de queixa ou de representação .....	748
48.2.10.6. Decadência no crime continuado e no crime habitual.....	749
48.2.10.7. Crimes de lesão corporal dolosa de natureza leve e lesão corporal culposa.....	749
48.2.11. Prescrição .....	749
48.2.11.1. Introdução .....	749
48.2.11.2. Conceito.....	750
48.2.11.3. Natureza jurídica .....	750
48.2.11.4. Fundamentos .....	751
48.2.11.5. Diferença entre prescrição e decadência .....	751
48.2.11.6. Imprescritibilidade .....	752
48.2.11.7. Espécies de prescrição .....	753
48.2.12. Prescrição na legislação especial .....	775
48.2.12.1. Da prescrição em geral .....	775
48.2.12.2. Da prescrição retroativa .....	777
<i>Bibliografia</i> .....	779



# Fernando Capez

Procurador de Justiça. Deputado Estadual por três mandatos. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo (2007-2010). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017). Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas. Secretário Estadual de Defesa do Consumidor e Presidente do PROCON-SP de janeiro de 2019 a março de 2022.

CURSO DE  
DIREITO  
PENAL

**PARTE ESPECIAL**

**2**

**Arts. 121 a 212**

23ª edição

2023



**saraiva**  
EDUCAÇÃO

saraiva JUCA

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin  
**Diretoria editorial** Ana Paula Santos Matos  
**Gerência de produção e projetos** Fernando Penteado  
**Gerência editorial** Thais Cassoli Reato César

**Novos projetos** Aline Darcy Flôr de Souza  
Dália Costa de Oliveira

**Edição** Jeferson Costa da Silva (coord.)  
Iris Ferrão

**Design e produção** Daniele Debora de Souza (coord.)  
Rosana Peroni Fazolari  
Camilla Felix Cianelli Chaves  
Deborah Mattos  
Lais Soriano  
Tiago Dela Rosa

**Planejamento e projetos** Cintia Aparecida dos Santos  
Daniela Maria Chaves Carvalho  
Emily Larissa Ferreira da Silva  
Kelli Priscila Pinto

**Diagramação** NSM Soluções Gráficas

**Revisão** Rita Sorrocha

**Capa** Aero Comunicação

**Produção gráfica** Marii Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Vox Gráfica

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410**

C241c	Capez, Fernando	
	Curso de Direito Penal – Parte Especial arts. 121 a 212 – v. 2 / Fernando Capez. – 23 ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2023.	
	624 p.	
	ISBN: 978-65-5362-611-9 (Impresso)	
	1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.	
2022-3526		CDD 345 CDU 343

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Penal	345
2. Direito Penal	343

**Data de fechamento da edição: 12-12-2022**

Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 15953 CL 608031 CAE 619255

# ÍNDICE

Sobre o Autor .....	V
Abreviaturas.....	VII
Nota do Autor.....	XLIX

## **Título I**

### **DOS CRIMES CONTRA A PESSOA**

1. Conceito .....	1
-------------------	---

#### **Capítulo I – DOS CRIMES CONTRA A VIDA**

<b>Art. 121 – Homicídio.....</b>	<b>1</b>
1. Conceito .....	1
2. Objeto jurídico .....	2
3. Objeto material.....	3
4. Elementos do tipo.....	3
4.1. Conceito.....	3
4.2. Elementos .....	4
4.3. Ação nuclear .....	4
4.4. Ação física .....	5
4.5. Exemplos.....	6
4.6. Crime material e prova da materialidade (exame de corpo de delito).....	7
4.7. Sujeito ativo.....	8
4.8. Sujeito passivo.....	9
5. Elemento subjetivo.....	10
5.1. Elemento subjetivo. Homicídio tentado e lesão corporal. Distinção. Prova .....	11
6. Momento consumativo e perícias médico-legais realizadas para constatação da <i>causa mortis</i> .....	12
6.1. Crime consumado.....	12
6.2. Perícias médico-legais.....	13
7. Tentativa.....	14

8. Desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	16
9. Crime impossível.....	17
10. Concurso de pessoas .....	18
11. Formas.....	22
11.1. Homicídio simples (art. 121, <i>caput</i> ) .....	22
11.2. Homicídio privilegiado (art. 121, § 1º).....	24
11.3. Homicídio qualificado (art. 121, § 2º).....	32
11.4. Homicídio culposo (art. 121, § 3º) .....	57
11.4.1. Homicídio culposo. Causa especial de aumento de pena (art. 121, § 4º).....	63
11.5. Causa especial de aumento de pena. Homicídio doloso contra menor de 14 ou maior de 60 anos (art. 121, § 4º).....	66
11.6. Causas especiais de aumento de pena (§§ 6º e 7º) .....	67
12. Perdão judicial (§ 5º). Conceito. Natureza jurídica. Extensão. Hipóteses de cabimento. Oportunidade para concessão.....	68
13. Homicídio culposo e o Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97).....	69
14. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	75
15. Concurso de crimes no homicídio doloso e culposo.....	77
<b>Art. 122 – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou à automutilação...</b>	<b>78</b>
1. Conceito. Considerações preliminares .....	78
2. Precedentes históricos e o delito de suicídio no Direito Penal pátrio.....	79
3. Objeto jurídico.....	81
4. Elementos do tipo.....	81
4.1. Ação nuclear .....	81
4.2. Sujeito ativo .....	83
4.3. Sujeito passivo.....	83
5. Elemento subjetivo.....	83
6. Nexo causal.....	84
7. Momento consumativo .....	85
8. Tentativa.....	85
9. Formas.....	85
9.1. Simples (art. 122, <i>caput</i> ).....	85
9.2. Qualificada (§§ 1º e 2º) .....	85
9.3. Causas de aumento de pena (§§ 3º, 4º e 5º).....	85
9.4. Hipóteses de configuração de crime mais grave (§§ 6º e 7º).....	86
10. Suicídio a dois ou pacto de morte .....	87
11. Roleta-russa e duelo americano .....	87

12. Suicídio não consumado e <i>aberratio ictus</i> .....	88
13. Suicídio não consumado e porte ilegal e disparo de arma de fogo (Lei n. 10.826/2003).....	88
14. Ação penal e procedimento .....	88
<b>Art. 123 – Infanticídio</b> .....	<b>88</b>
1. Conceito. Natureza jurídica.....	88
2. Precedentes históricos.....	89
3. Objeto jurídico.....	89
4. Elementos do tipo.....	89
4.1. Ação nuclear .....	89
4.2. Meios de execução.....	90
4.3. Sujeito ativo.....	90
4.4. Sujeito passivo.....	90
4.5. Cláusula temporal: “durante o parto ou logo após”.....	91
4.6. Elemento psicofisiológico: estado puerperal.....	92
4.7. Psicoses puerperais após o parto. Infanticídio e a incidência da regra geral da imputabilidade penal (CP, art. 26) .....	92
5. Elemento subjetivo.....	93
6. Momento consumativo .....	94
7. Tentativa.....	94
8. Concurso de pessoas.....	94
9. Concurso de crimes.....	96
10. Ação penal e procedimento .....	96
<b>Arts. 124 a 128 – Aborto</b> .....	<b>96</b>
1. Conceito.....	96
2. Precedentes históricos.....	97
3. Objeto jurídico.....	98
4. Elementos do tipo.....	99
4.1. Ação nuclear .....	99
4.2. Meios de execução.....	99
4.3. Sujeito ativo.....	99
4.4. Sujeito passivo.....	100
5. Consumação. Exame de corpo de delito.....	100
6. Nexo causal.....	101
7. Tentativa.....	102
8. Crime impossível.....	102

9. Elemento subjetivo.....	102
10. Concurso de crimes.....	103
11. Formas.....	104
11.1. Aborto provocado pela própria gestante (art. 124). Aborto consentido (art. 124) e a exceção legal à teoria monística da ação .....	104
11.2. Aborto provocado por terceiro, sem o consentimento da gestante (art. 125).....	105
11.3. Aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante (art. 126).....	106
12. Forma majorada (art. 127).....	107
13. Aborto legal. Causas de exclusão da ilicitude (art. 128).....	109
13.1. Aborto necessário ou terapêutico (art. 128, I).....	109
13.2. Aborto sentimental, humanitário ou ético (art. 128, II).....	110
14. Outras espécies de aborto.....	111
14.1. Aborto natural .....	111
14.2. Aborto acidental.....	111
14.3. Aborto eugenésico, eugênico ou piedoso.....	112
14.4. Aborto de feto anencefálico ou anencéfalo.....	112
14.5. Aborto social ou econômico .....	114
15. Questões diversas.....	114
16. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	114

## Capítulo II – DAS LESÕES CORPORAIS

<b>Art. 129 – Lesão corporal .....</b>	<b>114</b>
1. Conceito.....	114
2. Objeto jurídico.....	115
3. Lesões esportivas. Intervenção médico-cirúrgica.....	115
4. Elementos do tipo.....	117
4.1. Ação nuclear .....	117
4.2. Meios de execução.....	117
4.3. Sujeito ativo.....	118
4.4. Sujeito passivo.....	118
5. Momento consumativo .....	119
6. Tentativa.....	119
7. Elemento subjetivo.....	120
8. Formas.....	120
8.1. Lesão corporal leve ou simples (art. 129, <i>caput</i> ).....	120

8.2. Lesão corporal qualificada pelo resultado (art. 129, §§ 1º a 3º).....	121
8.2.1. Lesão Corporal qualificada quando praticada contra mulher por razões da condição do sexo feminino (art. 129, § 13) .....	123
8.2.2. Lesão corporal de natureza grave (art. 129, § 1º) .....	124
8.2.3. Lesão corporal gravíssima (art. 129, § 2º) .....	126
8.2.4. Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º).....	130
8.3. Lesão corporal privilegiada (art. 129, § 4º).....	131
8.4. Causas de aumento de pena para a lesão corporal dolosa (art. 129, <i>caput</i> , §§ 1º, 2º e 3º) .....	131
8.5. Lesão corporal culposa (art. 129, § 6º).....	132
9. Substituição da pena (§ 5º) .....	133
10. Perdão judicial (art. 129, § 8º) .....	133
11. Violência doméstica e familiar contra a mulher (§§ 9º a 11).....	133
12. Questões diversas .....	137
13. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	142

### Capítulo III – DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

1. Crime de perigo. Considerações preliminares .....	143
2. Espécies de crime de perigo.....	145
3. Nomenclatura.....	145

#### **Art. 130 – Perigo de contágio venéreo..... 146**

1. Considerações preliminares .....	146
2. Objeto jurídico .....	146
3. Elementos do tipo.....	147
3.1. Ação nuclear. Meios executórios .....	147
3.2. Sujeito ativo .....	148
3.3. Sujeito passivo .....	148
4. Elemento subjetivo.....	148
5. Momento consumativo .....	150
6. Tentativa.....	151
7. Formas.....	151
7.1. Simples (art. 130, <i>caput</i> ).....	151
7.2. Qualificada (art. 130, § 1º).....	151
7.3. Culposa.....	151
8. Concurso de crimes.....	151
9. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	151

#### **Art. 131 – Perigo de contágio de moléstia grave..... 152**

1. Objeto jurídico .....	152
--------------------------	-----

2. Elementos do tipo.....	152
2.1. Ação nuclear .....	152
2.2. Sujeito ativo.....	153
2.3. Sujeito passivo.....	153
3. Elemento subjetivo.....	154
4. Momento consumativo .....	154
5. Tentativa.....	155
6. Formas.....	155
6.1. Simples (art. 131, <i>caput</i> ).....	155
6.2. Culposa.....	155
7. Concurso de crimes.....	155
8. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	155
<b>Art. 132 – Perigo para a vida ou saúde de outrem .....</b>	<b>156</b>
1. Considerações preliminares.....	156
2. Objeto jurídico .....	156
3. Elementos do tipo.....	156
3.1. Ação nuclear .....	156
3.2. Sujeito ativo.....	157
3.3. Sujeito passivo.....	157
4. Elemento subjetivo.....	158
5. Momento consumativo .....	158
6. Tentativa.....	159
7. Formas.....	159
7.1. Simples (art. 132, <i>caput</i> ).....	159
7.2. Culposa.....	159
8. Causa de aumento de pena (art. 132, parágrafo único).....	159
9. Concurso de crimes: concurso formal .....	160
10. Conflito aparente de normas. Aplicação do princípio da subsidiariedade .....	161
11. Crime de periclitção da vida ou saúde de outrem e o delito de “disparo de arma de fogo”.....	162
12. Crimes de perigo previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97)...	162
13. Crime de periclitção da vida ou saúde de outrem e o Estatuto da Pessoa Idosa	163
14. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	163
<b>Art. 133 – Abandono de incapaz .....</b>	<b>163</b>
1. Precedentes históricos.....	163
2. Considerações preliminares.....	164



3. Objeto jurídico .....	164
4. Elementos do tipo .....	164
4.1. Ação nuclear .....	164
4.2. Sujeito ativo .....	165
4.3. Sujeito passivo .....	165
5. Elemento subjetivo .....	166
6. Momento consumativo .....	166
7. Tentativa .....	166
8. Formas .....	167
8.1. Simples (art. 133, <i>caput</i> ).....	167
8.2. Qualificada (art. 133, §§ 1º e 2º) .....	167
8.3. Causa de aumento de pena (art. 133, § 3º) .....	167
8.4. Culposa .....	168
9. Estado de necessidade .....	168
10. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	169
<b>Art. 134 – Exposição ou abandono de recém-nascido .....</b>	<b>169</b>
1. Considerações preliminares .....	169
2. Objetividade jurídica.....	170
3. Elementos do tipo .....	170
3.1. Ação nuclear .....	170
3.2. Sujeito ativo .....	170
3.3. Sujeito passivo .....	171
4. Concurso de pessoas.....	171
5. Elemento subjetivo .....	171
6. Momento consumativo .....	172
7. Tentativa .....	172
8. Formas .....	173
8.1. Simples (art. 134, <i>caput</i> ).....	173
8.2. Qualificada (art. 134, §§ 1º e 2º) .....	173
8.3. Culposa .....	173
9. Ação penal e procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	173
<b>Art. 135 – Omissão de socorro .....</b>	<b>173</b>
1. Considerações preliminares .....	173
2. Objeto jurídico .....	175
3. Elementos do tipo .....	175
3.1. Ação nuclear .....	175

3.2. Sujeito ativo.....	177
3.3. Sujeito passivo.....	178
4. Concurso de pessoas.....	178
5. Elemento subjetivo.....	179
6. Concurso de crimes.....	180
7. Momento consumativo.....	180
8. Tentativa.....	180
9. Formas.....	180
9.1. Simples (art. 135, <i>caput</i> ).....	180
9.2. Majorada (art. 135, parágrafo único).....	181
9.3. Culposa.....	181
10. Distinções.....	181
11. Omissão de socorro de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97).....	181
12. Omissão de socorro e Estatuto da Pessoa Idosa.....	182
13. Omissão de socorro e homicídio culposo.....	183
14. Omissão de socorro e Código Penal Militar.....	183
15. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	183
<b>Art. 135-A - Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.....</b>	<b>183</b>
1. Considerações preliminares.....	183
2. Objeto jurídico.....	184
3. Elementos do tipo.....	184
3.1. Ação nuclear.....	184
3.2. Sujeito ativo.....	184
3.3. Sujeito passivo.....	184
4. Elemento subjetivo.....	185
5. Momento consumativo.....	185
6. Tentativa.....	185
7. Causa de aumento de pena.....	185
8. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	185
<b>Art. 136 - Maus-tratos.....</b>	<b>185</b>
1. Objeto jurídico.....	185
2. Elementos do tipo.....	186
2.1. Ação nuclear.....	186
2.2. Sujeito ativo.....	188

2.3. Sujeito passivo .....	188
3. Elemento subjetivo .....	188
4. Momento consumativo .....	189
5. Tentativa.....	189
6. Formas.....	190
6.1. Simples (art. 136, <i>caput</i> ).....	190
6.2. Qualificada (art. 136, §§ 1º e 2º).....	190
6.3. Causa de aumento de pena (art. 136, § 3º).....	190
6.4. Culposa .....	190
7. Questões diversas .....	190
8. Estatuto da Pessoa Idosa.....	191
9. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	191

#### Capítulo IV – DA RIXA

<b>Art. 137 – Rixa.....</b>	<b>192</b>
1. Conceito.....	192
1.1. Rixa. Formas de surgimento.....	192
2. Objeto jurídico.....	192
3. Elementos do tipo.....	192
3.1. Ação nuclear .....	192
3.2. Sujeito ativo .....	193
3.2.1. Concurso de pessoas.....	193
3.3. Sujeito passivo.....	194
4. Elemento subjetivo .....	195
5. Momento consumativo .....	195
6. Tentativa.....	195
7. Concurso de crimes.....	196
8. Formas .....	197
8.1. Simples (art. 137, <i>caput</i> ).....	197
8.2. Qualificada (art. 137, parágrafo único).....	197
8.3. Culposa.....	199
9. Rixa e legítima defesa.....	199
10. Rixa e delito multitudinário. Distinção.....	199
11. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais. Competência por conexão. ....	200

#### Capítulo V – DOS CRIMES CONTRA A HONRA

1. Objeto jurídico.....	200
2. Consentimento do ofendido.....	201

3. Natureza jurídica.....	202
4. Crimes contra a honra e legislação penal especial.....	202
4.1. Crimes contra a honra e Lei de Imprensa.....	202
<b>Art. 138 – Calúnia .....</b>	<b>204</b>
1. Objeto jurídico.....	204
2. Elementos do tipo.....	204
2.1. Ação nuclear ( <i>caput</i> ).....	204
2.2. Elemento normativo do tipo: falsidade da imputação.....	206
2.3. Ação nuclear (§ 1º): propalação ou divulgação da calúnia.....	207
2.4. Sujeito ativo.....	207
2.5. Sujeito passivo.....	207
3. Elemento subjetivo.....	211
4. Momento consumativo.....	213
5. Tentativa.....	213
6. Formas.....	213
6.1. Simples (art. 138, <i>caput</i> ).....	213
6.2. Majorada (art. 141).....	213
7. Exceção da verdade ( <i>exceptio veritatis</i> – art. 138, § 3º).....	214
7.1. Exceção da verdade. Prerrogativa de foro. Competência.....	216
7.2. Exceção da verdade. Processamento.....	217
7.3. Exceção de notoriedade do fato.....	217
8. Calúnia. Distinções.....	217
8.1. Calúnia e denúncia caluniosa.....	217
8.2. Calúnia e falso testemunho.....	218
8.3. Calúnia e difamação.....	218
8.4. Calúnia e injúria.....	218
<b>Art. 139 – Difamação.....</b>	<b>218</b>
1. Objeto jurídico.....	218
2. Elementos do tipo.....	219
2.1. Ação nuclear.....	219
2.1.1. Propalação ou divulgação da difamação.....	220
2.2. Sujeito ativo.....	220
2.3. Sujeito passivo.....	220
3. Elemento subjetivo.....	221
4. Momento consumativo.....	221
5. Tentativa.....	222
6. Formas.....	222

6.1. Simples (art. 139, <i>caput</i> ).....	222
6.2. Majorada (art. 141).....	222
7. Exceção da verdade (art. 139, parágrafo único).....	222
8. Distinção entre calúnia, difamação e injúria.....	223
<b>Art. 140 – Injúria</b> .....	<b>223</b>
1. Objeto jurídico.....	223
2. Elementos do tipo.....	224
2.1. Ação nuclear .....	224
2.2. Sujeito ativo.....	225
2.3. Sujeito passivo.....	225
3. Elemento subjetivo.....	226
4. Consumação.....	226
5. Tentativa.....	226
6. Formas.....	226
6.1. Simples (art. 140, <i>caput</i> ).....	226
6.2. Majorada (art. 141).....	227
6.3. Perdão judicial. Provocação e retorsão (art. 140, § 1º).....	227
6.4. Qualificada. Injúria real (art. 140, § 2º).....	229
6.5. Qualificada por preconceito de raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência (art. 140, § 3º).....	230
6.5.1. Diferença com o racismo .....	233
7. Exceção da verdade.....	235
<b>Arts. 141 a 145 – Das disposições comuns aos crimes contra a honra.....</b>	<b>236</b>
1. Formas majoradas aplicáveis aos crimes de calúnia, difamação e injúria (art. 141).....	236
2. Causas especiais de exclusão da ilicitude. Crimes de difamação e injúria (art. 142).....	239
3. Retratação. Crimes de calúnia e difamação (art. 143) .....	244
4. Pedido de explicações em juízo. Crimes de calúnia, difamação e injúria (art. 144).....	246
5. Ação penal. Crimes de calúnia, difamação e injúria (art. 145).....	248
6. Procedimento especial. Crimes de calúnia, difamação e injúria (CPP, arts. 519 a 523). Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	249
7. Estatuto da Pessoa Idosa.....	251

## Capítulo VI — DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

1. Considerações preliminares.....	251
------------------------------------	-----

**Seção I – Dos crimes contra a liberdade pessoal**

<b>Art. 146 – Constrangimento ilegal .....</b>	<b>252</b>
1. Objeto jurídico .....	252
2. Elementos do tipo .....	252
2.1. Ação nuclear .....	252
2.2. Ação física .....	253
2.3. Sujeito ativo .....	255
2.4. Sujeito passivo .....	255
3. Elemento subjetivo .....	256
4. Momento consumativo .....	256
5. Tentativa .....	256
6. Formas .....	257
6.1. Simples (art. 146, <i>caput</i> ) .....	257
6.2. Majorada (art. 146, § 1º) .....	257
6.2.1. Caráter subsidiário .....	258
6.3. Culposa .....	259
7. Concurso de crimes (art. 146, § 2º) .....	259
8. Constrangimento ilegal e Lei de Tortura .....	260
9. Causas especiais de exclusão da tipicidade (art. 146, § 3º) .....	262
10. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	263
<b>Art. 147 – Ameaça .....</b>	<b>264</b>
1. Objeto jurídico .....	264
2. Elementos do tipo .....	264
2.1. Ação nuclear .....	264
2.2. Elementos normativos do tipo: mal injusto e grave .....	265
2.3. Sujeito ativo .....	266
2.4. Sujeito passivo .....	266
3. Elemento subjetivo .....	267
4. Momento consumativo .....	268
5. Tentativa .....	268
6. Concurso de crimes .....	268
7. Distinções: crimes de constrangimento ilegal e ameaça .....	269
8. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	269
<b>Art. 147-A – Do Código Penal .....</b>	<b>269</b>
1. Revogação da contravenção penal do art. 65 .....	270
2. Objetividade jurídica .....	270

3. Conduta.....	270
4. Finalidade específica do tipo.....	271
5. Sujeito ativo.....	271
6. Sujeito passivo.....	271
7. Elemento subjetivo do tipo.....	272
8. Consumação.....	272
9. Tentativa.....	272
10. Causas de aumento de penal.....	273
11. Cumulação com os crimes de violência.....	273
12. Ação penal.....	273
13. Suspensão condicional do processo.....	273
14. Suspensão da pena.....	274
15. Acordo de não persecução penal.....	274
<b>Art. 147-B - Violência psicológica contra a mulher.....</b>	<b>274</b>
1. Sujeito ativo.....	274
2. Sujeito passivo.....	275
3. Elemento subjetivo do tipo.....	275
4. Abrangência do tipo.....	275
5. Consumação e tentativa.....	275
6. Conflito aparente de normas.....	275
7. Ação penal.....	276
8. Suspensão condicional do processo.....	276
9. Suspensão da pena.....	276
10. Acordo de não persecução penal.....	276
<b>Art. 148 - Sequestro e cárcere privado.....</b>	<b>276</b>
1. Objeto jurídico.....	276
2. Elementos do tipo.....	276
2.1. Ação nuclear e meios executórios.....	276
2.2. Sujeito ativo.....	277
2.3. Sujeito passivo.....	277
3. Elemento subjetivo.....	278
4. Momento consumativo.....	278
5. Tentativa.....	279
6. Formas.....	279
6.1. Simples (art. 148, <i>caput</i> ).....	279

6.2. Qualificada (art. 148, § 1º) .....	279
6.2.1. Qualificada pelo resultado (art. 148, § 2º).....	283
6.3. Culposa.....	283
7. Concurso de crimes.....	284
8. Prescrição da pretensão punitiva. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	284
<b>Art. 149 - Redução a condição análoga à de escravo.....</b>	<b>284</b>
1. Conceito. Objeto jurídico .....	284
2. Elementos do tipo.....	285
2.1. Ação nuclear .....	285
2.2. Sujeito ativo.....	286
2.3. Sujeito passivo.....	286
3. Figuras equiparadas.....	287
4. Elemento subjetivo.....	287
5. Momento consumativo .....	287
6. Tentativa.....	288
7. Formas.....	288
7.1. Simples (art. 149, caput e § 1º) .....	288
7.2. Culposa.....	288
7.3. Causa de aumento (impropriamente chamada de forma qualificada) – art. 149, § 2º.....	288
8. Sanção penal e concurso de crimes.....	288
9. Ação penal. Procedimento. Competência .....	289
<b>Art. 149-A - Tráfico de pessoas.....</b>	<b>289</b>
1. Conceito.....	289
1.1. Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual e Lei de Lavagem de Dinheiro .....	290
2. Objeto jurídico.....	291
3. Elementos do tipo.....	292
3.1. Ação nuclear .....	292
3.2. Sujeito ativo.....	292
3.3. Sujeito passivo.....	292
4. Elemento subjetivo.....	293
5. Consumação e tentativa .....	293
6. Formas.....	293
6.1. Simples (art. 149-A, caput).....	293
6.2. Majoradas (art. 149-A, § 1º).....	293



6.3. Causa especial de diminuição (art. 149-A, § 2º).....	294
7. Competência. Ação penal. Procedimento.....	294

## Seção II – Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio

<b>Art. 150 – Violação de domicílio .....</b>	<b>295</b>
1. Objeto jurídico .....	295
2. Elementos do tipo.....	295
2.1. Ação nuclear .....	295
2.2. Elementos normativos do tipo.....	296
2.3. Objeto material.....	297
2.4. Sujeito ativo.....	299
2.5. Sujeito passivo.....	299
3. Elemento subjetivo.....	299
4. Momento consumativo .....	299
5. Tentativa.....	300
6. Formas.....	300
6.1. Simples (art. 150, <i>caput</i> ).....	300
6.2. Qualificada (art. 150, § 1º) .....	300
6.3. Causas de exclusão da ilicitude (art. 150, § 3º).....	301
7. Concurso de crimes.....	303
8. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	304

## Seção III – Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência

1. Considerações preliminares.....	304
2. Formas.....	307
2.1. Violação de correspondência (art. 151, <i>caput</i> ).....	307
2.2. Sonegação ou destruição de correspondência (art. 151, § 1º, I) .....	308
2.3. Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica (art. 151, § 1º, II).....	308
2.4. Impedimento de comunicação ou conversação (art. 151, § 1º, III) .....	308
2.5. Instalação ou utilização de estação ou aparelho radioelétrico, sem observância de disposição legal (art. 151, § 1º, IV).....	308
2.6. Causa de aumento de pena (art. 151, § 2º).....	308
2.7. Qualificadora (art. 151, § 3º).....	308
2.8. Correspondência comercial.....	309

### **Art. 151, *caput* – Violação de correspondência .....**

1. Conceito.....	309
2. Elementos do tipo.....	309
2.1. Ação nuclear. Objeto material. Elemento normativo do tipo.....	309

2.2. Sujeito ativo.....	312
2.3. Sujeito passivo.....	312
3. Elemento subjetivo.....	313
4. Momento consumativo.....	313
5. Tentativa.....	313
6. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	313
<b>Art. 151, § 1º, I – Sonegação ou destruição de correspondência.....</b>	<b>313</b>
1. Conceito.....	313
2. Elementos do tipo.....	314
2.1. Ação nuclear. Objeto material. Elemento normativo do tipo.....	314
2.2. Sujeitos ativo e passivo.....	314
3. Elemento subjetivo.....	314
4. Momento consumativo.....	315
5. Tentativa.....	315
6. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	315
<b>Art. 151, § 1º, II, III e IV – Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica.....</b>	<b>315</b>
1. Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica (art. 151, § 1º, inciso II).....	315
1.1. Conceito.....	315
1.2. Elementos do tipo.....	316
1.2.1. Ação nuclear. Objeto material. Elemento normativo do tipo.....	316
1.2.2. Sujeitos ativo e passivo.....	316
1.3. Elemento subjetivo.....	316
1.4. Momento consumativo.....	317
1.5. Tentativa.....	317
1.6. Ação Penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	317
1.7. Interceptação telefônica. Comentários ao art. 10 da Lei n. 9.296/96.....	317
2. Impedimento de comunicação telegráfica ou radioelétrica ou conversação (art. 151, § 1º, inciso III).....	320
3. Instalação ou utilização de estação ou aparelho radioelétrico, sem observância de disposição legal (art. 151, § 1º, inciso IV).....	321
<b>Art. 151, § 2º – Causa de aumento de pena.....</b>	<b>322</b>
<b>Art. 151, § 3º – Qualificadora.....</b>	<b>322</b>
<b>Art. 151, § 4º – Ação penal.....</b>	<b>322</b>
<b>Art. 152 – Correspondência comercial.....</b>	<b>323</b>

1. Conceito.....	323
2. Elementos do tipo.....	323
2.1. Ação nuclear. Objeto material.....	323
2.2. Sujeito ativo.....	324
2.3. Sujeito passivo.....	324
3. Elemento subjetivo.....	324
4. Momento consumativo .....	324
5. Tentativa.....	324
6. Ação penal e procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	324

#### **Seção IV – Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos**

<b>Art. 153 – Divulgação de segredo.....</b>	<b>325</b>
1. Objeto jurídico.....	325
2. Elementos do tipo.....	325
2.1. Ação nuclear. Objeto material. Elemento normativo.....	325
2.2. Sujeito ativo.....	327
2.3. Sujeito passivo.....	327
3. Elemento subjetivo.....	327
4. Momento consumativo .....	328
5. Tentativa.....	328
6. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	328
<b>Art. 154 – Violação do segredo profissional.....</b>	<b>328</b>
1. Objeto jurídico .....	328
2. Elementos do tipo.....	329
2.1. Ação nuclear. Objeto material. Elemento normativo do tipo.....	329
2.2. Sujeito ativo.....	330
2.3. Sujeito passivo.....	331
3. Elemento subjetivo.....	331
4. Momento consumativo .....	331
5. Tentativa.....	331
6. Sigilo profissional. Depoimento testemunhal.....	331
7. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	332
<b>Arts. 154-A e 154-B – Invasão de dispositivo informático .....</b>	<b>332</b>
1. Objeto jurídico.....	332
2. Elementos do tipo.....	333
2.1. Ação nuclear. Objeto material. Elemento normativo do tipo.....	333

3. Sujeitos ativo e passivo .....	334
4. Elemento subjetivo .....	334
5. Momento consumativo .....	335
6. Tentativa .....	335
7. Delegacias especializadas em crimes virtuais .....	335
8. Figura equiparada (art. 154-A, § 1º) .....	335
8.1. Invasão que gera prejuízo econômico (art. 154-A, § 2º) .....	336
8.2. Invasão qualificada pelo resultado (art. 154-A, § 3º) .....	336
9. Causas de aumento de pena (art. 154-A, §§ 4º e 5º) .....	337
10. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais (art. 154-B) .....	337

## **Título II**

### **DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO**

1. Considerações preliminares .....	339
-------------------------------------	-----

#### **Capítulo I – DO FURTO**

<b>Art. 155 – Furto</b> .....	<b>340</b>
1. Conceito .....	340
2. Objeto jurídico .....	340
3. Elementos do tipo .....	340
3.1. Ação nuclear .....	340
3.2. Objeto material .....	341
3.3. Elemento normativo .....	342
3.4. Sujeito ativo .....	343
3.5. Sujeito passivo .....	343
4. Elemento subjetivo .....	343
5. Momento consumativo .....	343
6. Tentativa .....	344
7. Concurso de pessoas .....	346
8. Concurso de crimes .....	348
9. Furto de uso .....	350
10. Furto famélico ou necessitado .....	351
11. Formas .....	351
11.1. Furto noturno (art. 155, § 1º) .....	352
11.2. Furto privilegiado (art. 155, § 2º) .....	353
11.3. Furto de energia (art. 155, § 3º) .....	356
11.4. Furto qualificado (art. 155, § 4º) .....	356

11.5. Furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A).....	363
11.6. Furto de veículo automotor (art. 155, § 5º).....	364
11.7. Furto de semovente domesticável (art. 155, § 6º).....	365
11.8. Furto de substância explosiva (art. 155, § 7º).....	366
12. Distinções.....	367
13. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	368
<b>Art. 156 – Furto de coisa comum.....</b>	<b>368</b>
1. Objeto jurídico.....	368
2. Elementos do tipo.....	368
2.1. Ação nuclear. Objeto material.....	368
2.2. Sujeito ativo.....	369
2.3. Sujeito passivo.....	369
3. Elemento subjetivo.....	369
4. Momento consumativo e tentativa.....	369
5. Causa de exclusão do crime .....	370
6. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	370

## Capítulo II – DO ROUBO E DA EXTORSÃO

<b>Art. 157 – Roubo.....</b>	<b>370</b>
1. Conceito.....	370
2. Objeto Jurídico.....	371
3. Elementos do tipo.....	371
3.1. Roubo próprio e impróprio. Ação nuclear e meios executórios .....	371
3.2. Objeto material.....	373
3.3. Sujeito ativo.....	373
3.4. Sujeito passivo.....	373
4. Elemento subjetivo.....	374
5. Princípio da insignificância. Roubo privilegiado.....	374
6. Crime impossível.....	375
7. Desistência voluntária.....	375
8. Formas .....	375
8.1. Roubo próprio (art. 157, <i>caput</i> ). Conceito. Consumação e tentativa.....	375
8.2. Roubo impróprio (art. 157, § 1º). Conceito. Consumação e tentativa.....	377
8.3. Causas especiais de aumento de pena (roubo qualificado) – art. 157, § 2º, § 2º-A e § 2º-B .....	378

8.4. Roubo qualificado pela lesão corporal de natureza grave (art. 157, § 3º, I) .....	386
8.5. Latrocínio (art. 157, § 3º, II) .....	388
9. Concurso de crimes .....	391
10. Ação penal e procedimento .....	393
<b>Art. 158 – Extorsão .....</b>	<b>393</b>
1. Conceito .....	393
2. Objetos jurídicos .....	393
3. Objeto material .....	393
4. Elementos do tipo .....	394
4.1. Ação nuclear. Meios executórios. Elemento normativo do tipo .....	394
4.2. Sujeito ativo .....	395
4.3. Sujeito passivo .....	395
5. Elemento subjetivo .....	395
6. Momento consumativo .....	395
7. Tentativa .....	396
8. Formas .....	397
8.1. Simples (art. 158, <i>caput</i> ) .....	397
8.2. Causa especial de aumento de pena (art. 158, § 1º) .....	397
8.3. Qualificada (art. 158, § 2º) .....	398
8.4. Qualificada: “Sequestro relâmpago” (art. 158, § 3º) .....	398
9. Distinções .....	399
10. Concurso de crimes .....	401
11. Ação penal e procedimento .....	402
<b>Art. 159 – Extorsão mediante sequestro .....</b>	<b>402</b>
1. Conceito .....	402
2. Objeto jurídico .....	402
3. Elemento do tipo .....	402
3.1. Ação nuclear .....	402
3.2. Sujeito ativo .....	403
3.3. Sujeito passivo .....	403
4. Elemento subjetivo .....	403
5. Momento consumativo .....	404
6. Tentativa .....	404
7. Formas .....	405
7.1. Simples (art. 159, <i>caput</i> ) .....	405

7.2. Qualificadas (art. 159, §§ 1º, 2º e 3º) .....	405
7.3. Causa de diminuição de pena. Delação eficaz ou premiada (art. 159, § 4º) .....	406
7.4. Lei de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, bem como a acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal (Lei n. 9.807/99) ...	407
8. A questão da multa .....	408
9. Ação penal e procedimento .....	408
<b>Art. 160 - Extorsão indireta.....</b>	<b>409</b>
1. Conceito.....	409
2. Objeto jurídico.....	409
3. Elementos do tipo.....	409
3.1. Ação nuclear .....	409
3.2. Objeto material.....	410
3.3. Sujeito ativo.....	411
3.4. Sujeito passivo.....	411
4. Elemento subjetivo.....	411
5. Momento consumativo .....	411
6. Tentativa.....	411
7. Concurso de crimes.....	411
8. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	412

### Capítulo III – DA USURPAÇÃO

<b>Art. 161, caput – Alteração de limites.....</b>	<b>412</b>
1. Conceito.....	412
2. Objeto jurídico.....	412
3. Elementos do tipo.....	413
3.1. Ação nuclear .....	413
3.2. Objeto material.....	413
3.3. Sujeito ativo.....	413
3.4. Sujeito passivo.....	414
4. Elemento subjetivo.....	414
5. Momento consumativo .....	414
6. Tentativa.....	414
7. Concurso de crimes.....	414
8. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	414

<b>Art. 161, § 1º, I – Usurpação de águas .....</b>	<b>415</b>
1. Conceito.....	415
2. Objeto jurídico.....	415
3. Elementos do tipo.....	415
3.1. Ação nuclear .....	415
3.2. Objeto material.....	415
3.3. Sujeito ativo .....	415
3.4. Sujeito passivo .....	416
4. Elemento subjetivo.....	416
5. Momento consumativo .....	416
6. Tentativa.....	416
7. Concurso de crimes.....	416
8. Ação penal e procedimento .....	417
<b>Art. 161, § 1º, II – Esbulho possessório .....</b>	<b>417</b>
1. Conceito.....	417
2. Objeto jurídico.....	417
3. Elementos do tipo.....	417
3.1. Ação nuclear .....	417
3.2. Objeto material.....	418
3.3. Sujeito ativo.....	418
3.4. Sujeito passivo .....	418
4. Elemento subjetivo.....	418
5. Momento consumativo .....	418
6. Tentativa.....	418
7. Concurso de crimes.....	419
8. Ação penal e procedimento .....	419
<b>Art. 162 – Supressão ou alteração de marcas em animais.....</b>	<b>419</b>
1. Conceito.....	419
2. Objeto jurídico.....	419
3. Elementos do tipo .....	419
3.1. Ação nuclear. Objeto material. Elemento normativo do tipo.....	419
3.2. Sujeito ativo.....	420
3.3. Sujeito passivo .....	420
4. Elemento subjetivo.....	420
5. Momento consumativo .....	420
6. Tentativa.....	421



7. Concurso de crimes.....	421
8. Ação penal e procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	421

### Capítulo IV – DO DANO

<b>Art. 163 – Dano .....</b>	<b>421</b>
1. Conceito.....	421
2. Objeto jurídico.....	421
3. Objeto material.....	422
4. Elementos do tipo.....	422
4.1. Ação nuclear .....	422
4.2. Sujeito ativo.....	423
4.3. Sujeito passivo.....	423
5. Elemento subjetivo.....	423
6. Momento consumativo .....	424
7. Tentativa.....	425
8. Formas.....	425
8.1. Simples (art. 163, <i>caput</i> ).....	425
8.2. Qualificada (art. 163, parágrafo único e incisos).....	425
9. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	426
10. Concurso de crimes.....	427
11. Outras condutas típicas danosas .....	427
<b>Art. 164 – Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....</b>	<b>428</b>
1. Conceito.....	428
2. Objeto jurídico.....	428
3. Elementos do tipo.....	428
3.1. Ação nuclear. Objeto material. Elemento normativo do tipo.....	428
3.2. Sujeito ativo.....	429
3.3. Sujeito passivo.....	429
4. Elemento subjetivo.....	429
5. Momento consumativo .....	429
6. Tentativa.....	430
7. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	430
<b>Art. 165 – Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico .....</b>	<b>430</b>
<b>Art. 166 – Alteração de local especialmente protegido .....</b>	<b>430</b>

**Capítulo V – DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA**

<b>Art. 168 – Apropriação indébita.....</b>	<b>431</b>
1. Conceito.....	431
2. Objeto jurídico.....	431
3. Objeto material.....	431
4. Elementos do tipo .....	432
4.1. Ação nuclear .....	432
4.2. Elemento normativo.....	434
4.3. Sujeito ativo.....	434
4.4. Sujeito passivo.....	434
5. Elemento subjetivo.....	434
6. Momento consumativo .....	435
7. Arrependimento posterior .....	435
8. Tentativa.....	436
9. Formas.....	436
9.1. Simples (art. 168, <i>caput</i> ).....	436
9.2. Causas de aumento de pena (art. 168, § 1º).....	436
9.3. Privilegiada.....	438
10. Estatuto da Pessoa Idosa.....	438
11. Distinções.....	438
12. Concurso de crimes.....	439
13. Interpelação judicial e prestação de contas.....	440
14. Competência. Ação penal. Procedimento .....	440
<b>Art. 168-A – Apropriação indébita previdenciária .....</b>	<b>440</b>
1. Considerações preliminares.....	440
2. Objeto jurídico.....	441
3. Elementos do tipo.....	441
3.1. Ação nuclear .....	441
3.2. Sujeito ativo.....	442
3.3. Sujeito passivo.....	442
4. Elemento subjetivo.....	442
5. Consumação.....	442
6. Tentativa.....	443
7. Formas.....	443
7.1. Simples (art. 168-A, <i>caput</i> ).....	443
7.2. Figuras assemelhadas (art. 168-A, § 1º).....	443

7.3. Privilegiada.....	444
7.4. Causa extintiva da punibilidade (art. 168-A, § 2º) .....	444
7.5. Perdão judicial ou pena de multa (art. 168-A, §§ 3º e 4º) .....	445
8. Prévio esgotamento da via administrativa .....	447
9. Ação penal. Procedimento. Competência.....	448
<b>Art. 169, caput – Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza .....</b>	<b>448</b>
1. Conceito.....	448
2. Objeto jurídico.....	448
3. Objeto material.....	448
4. Elementos do tipo.....	448
4.1. Ação nuclear .....	448
4.2. Sujeito ativo.....	449
4.3. Sujeito passivo.....	450
5. Elemento subjetivo.....	450
6. Consumação e tentativa .....	450
7. Formas.....	450
7.1. Simples (art. 169, caput).....	450
7.2. Privilegiada.....	450
8. Distinção.....	450
9. Ação penal .....	451
<b>Art. 169, parágrafo único, I – Apropriação de tesouro.....</b>	<b>451</b>
1. Conceito.....	451
2. Objeto jurídico.....	451
3. Objeto material.....	451
4. Elementos do tipo.....	451
4.1. Ação nuclear .....	451
4.2. Sujeito ativo .....	452
4.3. Sujeito passivo.....	452
5. Elemento subjetivo.....	452
6. Consumação e tentativa .....	452
7. Formas.....	452
7.1. Simples.....	452
7.2. Privilegiada.....	452
8. Ação penal .....	453
<b>Art. 169, parágrafo único, II – Apropriação de coisa achada .....</b>	<b>453</b>

1. Conceito.....	453
2. Objeto jurídico.....	453
3. Objeto material.....	453
4. Elementos do tipo.....	454
4.1. Ação nuclear .....	454
4.2. Sujeito ativo.....	454
4.3. Sujeito passivo.....	454
5. Elemento subjetivo.....	455
6. Consumação e tentativa .....	455
7. Formas.....	455
7.1. Simples .....	455
7.2. Privilegiada.....	455
8. Concurso de crimes.....	456
9. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	456

### Capítulo VI – DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

<b>Art. 171 – Estelionato .....</b>	<b>456</b>
1. Conceito.....	456
2. Objeto jurídico .....	457
3. Elementos do tipo .....	457
3.1. Ação nuclear .....	457
3.2. Sujeito ativo.....	458
3.3. Sujeito passivo.....	459
4. Momento consumativo .....	459
5. Arrependimento posterior .....	459
6. Tentativa.....	460
7. Elemento subjetivo.....	460
8. Torpeza bilateral (fraude bilateral).....	461
9. Fraude penal e fraude civil .....	463
10. Mendicância .....	464
11. Formas.....	464
11.1. Simples (art. 171, <i>caput</i> ).....	464
11.2. Privilegiada (art. 171, § 1º).....	464
11.3. Figuras equiparadas (art. 171, § 2º) .....	464
11.4. A Fraude eletrônica (art. 171, §§ 2º-A e 2º-B).....	475
11.5. Majorante (art. 171, §§ 3º e 4º) .....	475
11.6. Ação Penal (art. 171, § 5º).....	475

12. Concurso de crimes.....	476
13. Distinções.....	478
14. Ação penal e procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	478
15. Legislação penal especial .....	479
<b>Art. 171-A – Fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros.....</b>	<b>480</b>
1. Objeto jurídico.....	480
2. Elementos do tipo.....	481
2.1. Ação nuclear .....	481
2.2. Sujeito ativo.....	483
2.3. Sujeito passivo.....	483
3. Elemento subjetivo.....	483
4. Consumação e tentativa .....	483
4.1. Ação penal .....	483
<b>Art. 172 – Duplicata simulada .....</b>	<b>484</b>
1. Conceito.....	484
2. Objeto jurídico.....	484
3. Elementos do tipo.....	484
3.1. Ação nuclear .....	484
3.2. Objeto material.....	485
3.3. Sujeito ativo.....	485
3.4. Sujeito passivo.....	485
4. Elemento subjetivo.....	486
5. Momento consumativo .....	486
6. Tentativa.....	486
7. Formas.....	486
7.1. Simples (art. 172, <i>caput</i> ).....	486
7.2. Equiparada (art. 172, parágrafo único).....	486
8. Ação penal e procedimento .....	487
<b>Art. 173 – Abuso de incapazes.....</b>	<b>487</b>
1. Conceito.....	487
2. Objeto jurídico.....	487
3. Elementos do tipo.....	487
3.1. Ação nuclear .....	487
3.2. Sujeito ativo.....	488
3.3. Sujeito passivo.....	488

4. Elemento subjetivo .....	489
5. Momento consumativo .....	489
6. Tentativa .....	489
7. Ação penal e procedimento .....	490
<b>Art. 174 – Induzimento à especulação .....</b>	<b>490</b>
1. Conceito .....	490
2. Objeto jurídico .....	490
3. Elementos do tipo .....	490
3.1. Ação nuclear .....	490
3.2. Sujeito ativo .....	490
3.3. Sujeito passivo .....	491
4. Elemento subjetivo .....	491
5. Momento consumativo .....	491
6. Tentativa .....	491
7. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	492
<b>Art. 175 – Fraude no comércio .....</b>	<b>492</b>
1. Conceito .....	492
2. Objeto jurídico .....	492
3. Elementos do tipo .....	492
3.1. Ação nuclear .....	492
3.2. Objeto material .....	493
3.3. Sujeito ativo .....	493
3.4. Sujeito passivo .....	494
4. Elemento subjetivo .....	494
5. Consumação e tentativa .....	494
6. Formas .....	494
6.1. Simples (art. 175, caput) .....	494
6.2. Fraude no comércio de metais ou pedras preciosas (art. 175, § 1º) .....	494
6.3. Privilegiada (art. 175, § 2º) .....	495
7. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	495
<b>Art. 176 – Outras fraudes .....</b>	<b>495</b>
1. Conceito .....	495
2. Objeto jurídico .....	495
3. Elementos do tipo .....	495
3.1. Ação nuclear .....	495
3.2. Sujeito ativo .....	496

3.3. Sujeito passivo.....	496
4. Elemento subjetivo.....	496
5. Momento consumativo.....	497
6. Tentativa.....	497
7. Perdão judicial.....	497
8. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	497
<b>Art. 177 – Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedades por ações.....</b>	<b>497</b>
1. Conceito.....	497
2. Objeto jurídico.....	498
3. Elementos do tipo.....	498
3.1. Ação nuclear.....	498
3.2. Sujeito ativo.....	498
3.3. Sujeito passivo.....	498
4. Elemento subjetivo.....	498
5. Consumação e tentativa.....	499
6. Formas.....	499
6.1. Simples (art. 177, <i>caput</i> ).....	499
6.2. Equiparadas (art. 177, § 1º).....	499
6.3. Negociação de voto (art. 177, § 2º).....	502
7. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	502
<b>Art. 178 – Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> ....</b>	<b>503</b>
1. Conceito.....	503
2. Objeto jurídico.....	503
3. Elementos do tipo.....	503
3.1. Ação nuclear. Elemento normativo do tipo.....	503
3.2. Sujeito ativo.....	504
3.3. Sujeito passivo.....	504
4. Elemento subjetivo.....	504
5. Consumação e tentativa.....	504
6. Ação penal e procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	504
<b>Art. 179 – Fraude à execução .....</b>	<b>504</b>
1. Conceito.....	504
2. Objeto jurídico.....	505
3. Elementos do tipo.....	505
3.1. Ação nuclear.....	505

3.2. Sujeito ativo.....	506
3.3. Sujeito passivo.....	506
4. Elemento subjetivo.....	506
5. Consumação e tentativa.....	506
6. Ação penal e procedimento.....	506

### Capítulo VII – DA RECEPÇÃO

<b>Art. 180 – Recepção.....</b>	<b>507</b>
1. Conceito. Objeto jurídico.....	507
2. Objeto material.....	507
3. Pressuposto: existência de crime antecedente.....	508
4. Elementos do tipo.....	508
4.1. Ação nuclear.....	508
4.2. Sujeito ativo.....	509
4.3. Sujeito passivo.....	510
5. Elemento subjetivo.....	510
6. Momento consumativo.....	510
7. Tentativa.....	511
8. Formas.....	511
8.1. Simples (art. 180, <i>caput</i> ).....	511
8.2. Qualificada (art. 180, § 1º).....	511
8.3. Privilegiada (art. 180, § 5º).....	512
8.4. Qualificada em razão do objeto material: patrimônio público (art. 180, § 6º).....	512
8.5. Recepção culposa (art. 180, § 3º).....	513
9. Perdão judicial.....	513
10. Concurso de crimes.....	513
11. Ação penal. Competência. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	514
12. Estatuto do desarmamento.....	514
13. Legislação penal especial.....	515
<b>Art. 180-A – Recepção de animal.....</b>	<b>516</b>
1. Conceito.....	516
2. Objeto material e jurídico.....	516
3. Elementos do tipo.....	516
3.1. Ação nuclear.....	516
3.2. Sujeito ativo.....	517
3.3. Sujeito passivo.....	517



4. Elemento subjetivo.....	517
5. Momento consumativo .....	518
6. Tentativa.....	518
7. Ação penal .....	518

### Capítulo VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

<b>Arts. 181 a 183 – Imunidades, representação e exceções .....</b>	<b>518</b>
1. Imunidade absoluta (art. 181) .....	518
2. Imunidade relativa (art. 182).....	521
3. Hipótese de inaplicabilidade das imunidades penais (art. 183).....	522

## Título III

### DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

1. Considerações preliminares.....	523
2. Natureza jurídica .....	524

### Capítulo I – DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

<b>Art. 184 – Violação de direito autoral.....</b>	<b>524</b>
1. Conceito. Objeto jurídico.....	524
2. Elementos do tipo.....	524
2.1. Ação nuclear .....	524
2.2. Sujeito ativo.....	526
2.3. Sujeito passivo.....	526
3. Elemento subjetivo.....	526
4. Consumação e tentativa .....	526
5. Concurso de crimes.....	527
6. Formas.....	527
6.1. Simples (art. 184, <i>caput</i> ).....	527
6.2. Qualificadas (art. 184, §§ 1º, 2º e 3º).....	527
7. Causa de exclusão da adequação típica (§ 4º).....	529
8. Efeitos da sentença condenatória.....	529
9. Proteção da propriedade intelectual de programa de computador ( <i>software</i> )...	529
10. Ação penal (art. 186). Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	530
<b>Art. 185 – Usurpação de nome ou pseudônimo alheio .....</b>	<b>531</b>

<b>Arts. 187 a 191 – Crimes contra o privilégio de invenção .....</b>	<b>531</b>
<b>Arts. 192 a 195 – Crimes contra as marcas de indústria e comércio.....</b>	<b>531</b>
<b>Art. 196 – Crimes de concorrência desleal .....</b>	<b>532</b>

## **Título IV**

### **DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

<b>Art. 197 – atentado contra a liberdade de trabalho .....</b>	<b>533</b>
1. Conceito.....	533
2. Objeto jurídico.....	533
3. Elementos do tipo.....	533
3.1. Ação nuclear .....	533
3.2. Sujeito ativo.....	534
3.3. Sujeito passivo.....	534
4. Elemento subjetivo.....	534
5. Consumação e tentativa.....	534
6. Concurso de crimes.....	534
7. Competência. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	534
<b>Art. 198 – atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta .....</b>	<b>535</b>
1. Conceito.....	535
2. Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho.....	535
3. Boicotagem violenta .....	536
4. Competência. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	536
<b>Art. 199 – atentado contra a liberdade de associação .....</b>	<b>536</b>
1. Conceito.....	536
2. Objeto jurídico.....	537
3. Elementos do tipo.....	537
3.1. Ação nuclear .....	537
3.2. Sujeito ativo.....	537
3.3. Sujeito passivo.....	537
4. Elemento subjetivo.....	537
5. Consumação e tentativa.....	537
6. Concurso de crimes.....	537
7. Competência. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	538

<b>Art. 200 – Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem .....</b>	<b>538</b>
1. Conceito .....	538
2. Objeto jurídico .....	538
3. Elementos do tipo .....	538
3.1. Ação nuclear .....	538
3.2. Sujeito ativo .....	538
3.3. Sujeito passivo .....	539
4. Elemento subjetivo .....	539
5. Consumação e tentativa .....	539
6. Concurso de crimes .....	539
7. Competência. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	539
<b>Art. 201 – Paralisação de trabalho de interesse coletivo .....</b>	<b>540</b>
1. Conceito .....	540
2. Objeto jurídico .....	540
3. Elementos do tipo .....	540
3.1. Ação nuclear .....	540
3.2. Sujeito ativo .....	541
3.3. Sujeito passivo .....	541
4. Elemento subjetivo .....	541
5. Consumação e tentativa .....	541
6. Competência. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	541
<b>Art. 202 – Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem.....</b>	<b>541</b>
1. Conceito .....	541
2. Objeto jurídico .....	542
3. Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola (1ª figura do art. 202) .....	542
4. Sabotagem (2ª figura do art. 202) .....	542
5. Competência. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	543
<b>Art. 203 – Frustração de direito assegurado por lei trabalhista .....</b>	<b>543</b>
1. Conceito .....	543
2. Objeto jurídico .....	543
3. Elementos do tipo .....	543
3.1. Ação nuclear .....	543

3.2. Sujeito ativo.....	544
3.3. Sujeito passivo.....	544
4. Elemento subjetivo.....	544
5. Consumação e tentativa.....	544
6. Formas.....	544
6.1. Simples (art. 203, caput).....	544
6.2. Equiparada (art. 203, § 1º).....	544
6.3. Majorada (art. 203, § 2º).....	545
7. Concurso de crimes.....	545
8. Competência. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	545
<b>Art. 204 – Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho .....</b>	<b>545</b>
1. Conceito. Objeto jurídico.....	545
2. Elementos do tipo.....	546
2.1. Ação nuclear.....	546
2.2. Sujeito ativo.....	546
2.3. Sujeito passivo.....	546
3. Elemento subjetivo.....	546
4. Consumação e tentativa.....	546
5. Concurso de crimes.....	546
6. Competência. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	547
<b>Art. 205 – Exercício de atividade com infração de decisão administrativa. ....</b>	<b>547</b>
1. Conceito.....	547
2. Objeto jurídico.....	547
3. Elementos do tipo.....	547
3.1. Ação nuclear.....	547
3.2. Sujeito ativo.....	547
3.3. Sujeito passivo.....	547
4. Elemento subjetivo.....	548
5. Consumação e tentativa.....	548
6. Competência. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	548
<b>Art. 206 – Aliciamento para o fim de emigração.....</b>	<b>548</b>
1. Conceito.....	548
2. Objeto jurídico.....	548
3. Elementos do tipo.....	548
3.1. Ação nuclear.....	548

3.2. Sujeito ativo.....	549
3.3. Sujeito passivo.....	549
4. Elemento subjetivo.....	549
5. Consumação e tentativa.....	549
6. Competência. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Crimi- nais.....	549
<b>Art. 207 – Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional .....</b>	<b>550</b>
1. Conceito.....	550
2. Objeto jurídico.....	550
3. Elementos do tipo.....	550
3.1. Ação nuclear .....	550
3.2. Sujeito ativo.....	550
3.3. Sujeito passivo.....	550
4. Elemento subjetivo.....	551
5. Consumação e tentativa.....	551
6. Formas.....	551
6.1. Simples (art. 207, <i>caput</i> ).....	551
6.2. Equiparada (art. 207, § 1º) .....	551
6.3. Majorada (art. 207, § 2º).....	552
7. Competência. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Crimi- nais.....	552

## **Título V**

### **DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS**

#### **Capítulo I – DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO**

<b>Art. 208 – Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele rela- tivo .....</b>	<b>553</b>
1. Conceito.....	553
2. Escárnio de alguém publicamente por motivo de crença ou função religiosa..	553
2.1. Objeto jurídico.....	553
2.2. Ação nuclear .....	553
2.3. Sujeito ativo.....	554
2.4. Sujeito passivo.....	554

2.5. Elemento subjetivo .....	554
2.6. Consumação e tentativa .....	554
3. Impedimento ou perturbação de cerimônia ou prática de culto religioso .....	554
3.1. Objeto jurídico.....	554
3.2. Ação nuclear .....	555
3.3. Sujeito ativo.....	555
3.4. Sujeito passivo.....	555
3.5. Elemento subjetivo .....	555
3.6. Consumação e tentativa .....	556
4. Vilipêndio público de ato ou objeto de culto religioso .....	556
4.1. Objeto jurídico.....	556
4.2. Ação nuclear .....	556
4.3. Objeto material.....	556
4.4. Sujeitos ativo e passivo.....	556
4.5. Elemento subjetivo .....	556
4.6. Consumação e tentativa .....	557
5. Causa de aumento de pena e concurso de crimes (art. 208, parágrafo único).	557
6. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	557

## Capítulo II – DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

<b>Art. 209 – Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária .....</b>	<b>557</b>
1. Conceito.....	557
2. Objeto jurídico.....	557
3. Elementos do tipo.....	558
3.1. Ação nuclear .....	558
3.2. Sujeito ativo .....	558
3.3. Sujeito passivo .....	558
4. Elemento subjetivo.....	558
5. Consumação e tentativa .....	559
6. Formas .....	559
6.1. Simples (art. 209, <i>caput</i> ).....	559
6.2. Majorada (art. 209, parágrafo único).....	559
7. Ação penal. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	559
<b>Art. 210 – Violação de sepultura.....</b>	<b>559</b>
1. Conceito.....	559
2. Objeto jurídico .....	560
3. Elementos do tipo.....	560

3.1. Ação nuclear .....	560
3.2. Objeto material.....	560
3.3. Sujeito ativo .....	560
3.4. Sujeito passivo.....	560
4. Elemento subjetivo.....	560
5. Consumação e tentativa .....	561
6. Concurso de crimes .....	561
7. Causas excludentes da ilicitude.....	561
8. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	562
<b>Art. 211 – Destruição, subtração ou ocultação de cadáver .....</b>	<b>562</b>
1. Conceito.....	562
2. Objeto jurídico.....	562
3. Elementos do tipo.....	562
3.1. Ação nuclear .....	562
3.2. Objeto material.....	563
3.3. Sujeito ativo.....	563
3.4. Sujeito passivo.....	563
4. Elemento subjetivo.....	563
5. Consumação e tentativa .....	564
6. Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento (Lei n. 9.434/97).....	564
7. Concurso de crimes .....	564
8. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	564
<b>Art. 212 – Vilipêndio a cadáver .....</b>	<b>564</b>
1. Conceito.....	564
2. Objeto jurídico.....	564
3. Elementos do tipo.....	565
3.1. Ação nuclear .....	565
3.2. Objeto material.....	565
3.3. Sujeito ativo.....	565
3.4. Sujeito passivo.....	565
4. Elemento subjetivo.....	565
5. Consumação e tentativa .....	565
6. Concurso de crimes .....	566
7. Ação penal. Procedimento. Lei dos Juizados Especiais Criminais .....	566
<i>Bibliografia</i> .....	567